

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E  
BIBLIOTECONOMIA**

**LORENA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORGES**

**ENTRE A INFORMAÇÃO E A CENSURA NO  
*FRONT*:  
A guerra perdida dos correspondentes**

**Goiânia**

**2005**



**LORENA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORGES**

**ENTRE A INFORMAÇÃO E A CENSURA NO**

***FRONT:***

**A guerra perdida dos correspondentes**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Joãoimar Carvalho Brito

**Goiânia**

**2005**

Aos inúmeros correspondentes de guerra que deram as suas vidas e os seus nomes para relatar a realidade dos campos de batalha, onde milhares de inocentes morrem a cada ano, seja com os conflitos armados ou com as conseqüências desses.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Rosilda, por acreditar em mim a cada vão momento da minha existência e não desistir nunca de me transformar numa pessoa melhor.

Ao meu padrasto, Neu, por ter sido um pai na minha vida e semeado em minha cabeça a importância de uma boa leitura e discussão.

Ao meu irmãozinho, Daniel, por tornar os momentos de estudo mais leves com suas risadas e brincadeiras.

Ao meu orientador, Joãomar, por ter acreditado que eu seria capaz de realizar um bom trabalho.

Aos amigos, por estarem sempre presentes e contribuindo com a conclusão desta monografia, especialmente Erika e Rodrigo.

“Os inocentes são sempre as primeiras vítimas. Foi assim no passado, é assim agora”

Joanne K. Rowling

## RESUMO

A correspondência de guerra sempre foi relegada a um segundo plano do jornalismo. O caminho percorrido pelos correspondentes, desde a guerra da Criméia (primeira a ser registrada) até a atual guerra do Golfo são relevantes para se compreender porque esses jornalistas ainda não conseguem realizar um trabalho satisfatório. Independente do conflito, sempre houve o cerceamento da liberdade de imprensa por meio da censura militar, uma arma considerada eficaz para manter a opinião pública na ignorância. Além disso, os jornalistas mostram uma propensão em se posicionar do lado de seu país, o que acaba por transformá-lo num agente da propaganda governamental difundida, na maioria das vezes, para ludibriar tanto os inimigos quanto a opinião pública. Isso, de certa forma, impede o desenvolvimento do jornalismo humanitário, vertente que se preocuparia em divulgar os crimes contra os direitos humanos cometidos durante os conflitos armados. Quando a censura não é implementada e o jornalismo pode se desenvolver de forma “livre” é possível observar uma reação popular sobre os governos beligerantes, que pode, inclusive, resultar no fim da guerra. Nesse sentido, pode ser desenvolvida uma teoria sobre o jornalismo humanitário, que necessita de um ambiente favorável para se desenvolver plenamente. Até que isso seja possível, o que se observa é um novo espécime de jornalista, que não pode ser realizado livremente e relatar a verdade dos acontecimentos do *front*. Ele se encontra cerceado de todas as formas possíveis. A correspondência de guerra se apresenta, então, sob a vertente de um falso jornalismo que ainda tenta ganhar a guerra contra a censura.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	7
<b>UM NOVO ESPÉCIME DE JORNALISTA (à guisa de introdução)</b>	9
<b>CAPÍTULO I - SOBRE JORNALISMO, CENSURA E GUERRAS</b>	13
A verdade nasceu amarrada	13
Era uma vez a guerra	15
Um mundo de guerras e paz	17
Os meios de comunicação e a guerra	18
<b>CAPÍTULO II - A VERDADE ACOMPANHA A CENSURA: A guerra da Criméia</b>	20
<b>CAPÍTULO III - A GUERRA CIVIL NORTE-AMERICANA</b>	24
<b>CAPÍTULO IV - A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL</b>	28
<b>CAPÍTULO V - COMEÇA A SEGUNDA GUERRA</b>	33
<b>CAPÍTULO VI - DE MAL A PIOR: A guerra da Coréia</b>	40
<b>CAPÍTULO VII - A AMARGA DERROTA: A Cobertura do Vietnã</b>	44
<b>CAPÍTULO VIII - A GUERRA DO GOLFO</b>	52
1991 – A guerra asséptica	52
2001 – Da assepsia ao acamamento	54
<b>CAPÍTULO IX - O JORNALISMO HUMANITÁRIO</b>	58
Para proteger e controlar	58
O jornalismo no Direito Humanitário Internacional	60
Por um jornalismo humanitário	61
<b>CONCLUSÃO</b>	64
<b>REFERÊNCIAS</b>	67
<b>ANEXOS - IMAGENS DA GUERRA</b>	70
Anexo A - Guerra da Criméia (1854 – 1856)	71
Anexo B -Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865)	72
Anexo C - Primeira Guerra Mundial (1914-1918)	73
Anexo D - Segunda Guerra Mundial (1939-1945)	74
Anexo E - Guerra da Coréia (1950-1953)	75
Anexo F - Guerra do Vietnã (1964-1975)	76
Anexo G - Guerra do Golfo (1991 e 2001)	77

## ***UM NOVO ESPÉCIME DE JORNALISTA*** **(à guisa de introdução)**

A história da correspondência de guerra caminha a passos largos com a história da literatura e das guerras. Em si, é impossível desvincular essas três vertentes. Grandes batalhas foram transformadas em livros épicos (lidos até hoje) numa tentativa de esclarecer para um povo o desenrolar e as conseqüências de uma guerra. É fato que a guerra sempre exerceu um estranho magnetismo sobre as pessoas. O embate travado entre dois povos, o *front*, onde milhares de soldados dão suas vidas por um ideal, muitas vezes desconhecido ou que não lhes pertence, o patriotismo de milhares de jovens que não chegam à vida adulta, tudo isto estimula o imaginário das pessoas. Toda a aura que envolve a guerra chama a atenção de quem fica na retaguarda, protegido pelos seus “bravos pracinhas”.

Antes de tudo, o intuito deste trabalho é retratar o percurso dos correspondentes de guerra em seus quase dois séculos de existência, muitas vezes não como jornalistas, mas como integrantes da engrenagem da máquina de propaganda dos países beligerantes. O papel do jornalista de informar os fatos, a “verdade”, torna-se algo secundário dentro de um ambiente onde a hostilidade e a sede pela vitória impera. Publicar qualquer coisa que coloque a nação em risco ou choque a opinião pública pode ser e é encarado como uma ameaça e o seu divulgador deve enfrentar as conseqüências de seus atos.

Nesse sentido, a última coisa que veremos dentro da cobertura de guerra é a liberdade de imprensa, independente do país onde ela é feita e para o qual ela é realizada. Nenhum conflito jamais travado pela humanidade e coberto de uma forma ou de outra pelos jornalistas esteve livre da censura. Nem mesmo a guerra do Vietnã como muitos querem crer. Fosse num ambiente ou em outro, a censura estava sempre presente e trabalhando para manter a opinião do público interno ignorante dos acontecimentos do *front*.

Assim, observa-se que a evolução do jornalismo de guerra se dá intimamente com a da censura militar. A cada novo conflito os jornalistas encaram novas e mais evoluídas formas de impedir que as notícias da batalha sejam publicadas nos países pelos quais trabalham. Seja com ameaças físicas e psicológicas ou com embargos contra as

redações, sempre é desenvolvida uma nova maneira de censurar e calar os meios de comunicações.

A dúvida é se os jornalistas estariam ou não conseguindo realizar seu trabalho de uma maneira satisfatória. Isso porque, mesmo que houvesse a clara intenção deles de fazerem um jornalismo ético, existiriam outros fatores que marcariam o trabalho deles. No decorrer deste trabalho ficará claro que, para a maior parte dos repórteres que trabalhou em algum conflito, nunca houve realmente um jornalismo de guerra. Como cobrir um evento que desde o seu início está cercado pelas amarras de uma das estruturas mais tradicionais e fortes de uma nação, as forças armadas? Essa questão é levantada diante das constantes imposições dos países beligerantes aos jornalistas, impedindo-os de irem a determinados locais, de tratarem de diversos assuntos e de publicarem certas notícias.

O que encaramos, então, é uma nova forma de ação jornalística ou uma nova especialidade da comunicação. A necessidade e até mesmo a obrigação social de cobrir os conflitos forçam os repórteres a se submeterem às regras impostas pelas forças militares. O que há entre essas duas esferas de poder é um embate silencioso, que tem como principal vítima o público que confia no jornalismo e acredita receber dele a verdade dos acontecimentos do *front*. Bucci acredita que “a liberdade de imprensa é um princípio inegociável, ele existe para beneficiar a sociedade democrática em sua dimensão civil e pública...”<sup>1</sup>. Entretanto, o que se observa é que na cobertura de guerras essa liberdade não existe e nunca existiu. E, assim sendo, ainda utilizando as palavras de Bucci, a democracia em sua “dimensão civil e pública” fica prejudicada, senão, completamente relegada.

Esse ponto de vista não foge à realidade de um conflito armado. Uma guerra é, antes de tudo, a supressão dos direitos básicos da humanidade. “Daí a doutrina clássica da guerra (...) pela qual os Estados soberanos encontram-se no relacionamento com seus pares no verdadeiro ‘estado de natureza’, isto é, em meio à anarquia”<sup>2</sup>. Gonçalves complementa o seu pensamento, explicando que “as normas que regulam a sociedade civil não seriam as mesmas que regem as relações entre os Estados. A guerra entre Estados soberanos, então, escapa ao controle do direito”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.12.

<sup>2</sup> GONÇALVES, Joanisval B. **Tribunal de Nuremberg 1945 – 1946**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 21.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 21.

Em uma guerra não existe liberdade, muito menos de imprensa e a democracia passa longe de qualquer arma utilizada pelos militares. Carl von Clausewitz disse que “A guerra é a continuação da política por outros meios”<sup>4</sup>, mas muito antes disso é a representação suprema da capacidade do ser humano de se auto exterminar. É um ambiente em que as leis e as regras não precisam ser seguidas, pois o único ideal é vencer, a qualquer custo.

A ambição aqui é mostrar como a cobertura de guerra evoluiu desde seu início, em 1854, na guerra da Criméia. Daquela feita, pela primeira vez na história, um meio de comunicação – o jornal *The Times*, de Londres – possuía a ambição de relatar para a retaguarda o que acontecia na linha de frente e, também pela primeira vez, um jornalista se via com as mãos atadas diante de inúmeras formas de censura. O gérmen do jornalismo de guerra veio claramente acompanhado da criação da censura militar, uma nova categoria de censura, muito mais peculiar e intransigente que as formas até então utilizadas.

Outro ponto importante desse trabalho é o de questionar o papel do jornalista diante dos crimes cometidos contra a humanidade e como ele se porta diante dos acontecimentos da guerra. A peculiaridade, aqui, está em criar um vínculo entre o jornalismo de guerra e os crimes contra os direitos humanos, algo que nunca foi feito e do qual muitos jornalistas se abstêm, por julgarem que ao considerar um ato como um crime estariam, de certa forma, emitindo opinião própria.

O que se nota, então, é que o jornalista não consegue de fato ser um jornalista durante a cobertura de guerra. Ou porque é impedido pelas forças militares ou porque ele se autocensura. “A missão da imprensa, portanto, segundo Dr. Noble Frankland, ‘é comprometida pela necessidade de manter elevado o moral do país; de negar ao inimigo qualquer notícia de dificuldade do nosso lado’”<sup>5</sup>. Em um ambiente de guerra, o jornalista adquire uma nova faceta, com princípios diferentes e uma ética singular. Ele se torna, então, um novo espécime de jornalista.

Além disso, esse trabalho parte do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos, na pretensão de traçar a possibilidade de existência, mesmo que superficial, do jornalismo humanitário. Tal vertente, pouco teorizada ou praticada pelos correspondentes de guerra, abordaria a disseminação, por meio da mídia, dos crimes

---

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 15.

<sup>5</sup> MATTOS, Sérgio. **Censura de Guerra (da Criméia ao Golfo Pérsico)**. Salvador, 1991. Disponível em: <[http://www.sergiomattos.com.br/liv\\_crimeia01.html](http://www.sergiomattos.com.br/liv_crimeia01.html)>. Acesso em: 04 nov. 2005.

contra os direitos humanos e tentaria estabelecer até que ponto isso influenciaria a opinião pública sobre o conflito. Também voltaria os olhares do jornalismo para as consequências sociais do embate, ao invés das perdas materiais. Seria, portanto, o responsável por garantir a possibilidade de pensar a guerra.

Advoga-se, aqui, a necessidade, portanto, de uma nova especialidade no jornalismo, voltada para as mazelas ocasionadas pelos conflitos armados. As guerras fazem parte da história da humanidade, sempre existiram e sempre existirão, e dentro desse contexto, as baixas humanas e materiais são previsíveis. Não há exército que entre em conflito esperando que todos os seus soldados e armas saiam intactos. O que não é previsível, entretanto, é a capacidade do ser humano aniquilar o seu igual, animalizando-o e diminuindo-o de todas as formas possíveis.

Todas as experiências dos correspondentes de guerra até hoje demonstram que nos momentos em que o fator humano foi colocado como o mais importante dentro da cobertura a sociedade teve uma voz mais forte e ativa para fazer imperar a opinião pública. Daí surge a necessidade da fortificação do jornalismo humanitário, como uma forma de garantir que os crimes contra os direitos humanos recebam a devida importância perante a sociedade.

Por fim, e antes de tudo, o objetivo desse trabalho é mostrar os percalços de uma “tribo sem sorte”, que luta, se não como um todo, pelo menos uma parte dela, para fazer seu trabalho de maneira satisfatória, o que nem sempre é possível, e mostrar ao mundo que a guerra, antes de destruir e matar pessoas, ataca e mata a verdade.

---

# CAPÍTULO I

## SOBRE JORNALISMO, CENSURA E GUERRAS

*“Nesta nossa nação, as decisões políticas finais cabem ao povo. E o povo, a fim de poder tomar decisões, precisa saber dos fatos, mesmo em tempo de guerra ou, talvez, especialmente em tempo de guerra...”*

*Paul Scott Mowrer, correspondente de guerra*

### A verdade nasceu amarrada

O jornalismo nasceu internacional e como tal permaneceu durante muito tempo. Suas origens estão ligadas à história do banqueiro alemão do século XVI, Jacob Függer von der Lilie que, interessado em saber notícias dos países com os quais mantinha negócios, criou uma *newsletter* com o objetivo de receber informações de seus agentes, que

*“(...) também relatavam conflitos regionais e a forma com que esses conflitos, baseados naquela época em questões teológicas, afetavam de maneira bem mais secular o risco de tráfego pelas estradas, as cotações dos pedágios nas alfândegas senhoriais ou o preço das apólices de seguros”<sup>6</sup>.*

A criação de Függer permitiu a formação de uma nova rede de informações desligada da diplomática, até então, predominante. Observando esse desenvolvimento, podemos chegar à mesma conclusão que Natali<sup>7</sup>, a de que o jornalismo nasceu muito antes do capitalismo, pois o mercantilismo já necessitava dele. A estrutura comunicativa daquele período era frágil, as notícias vinham a cavalo ou a navio e demoravam muito tempo para chegar ao seu destino. Só com o advento da “industrialização” dos correios, a partir do século XVIII, conseguiu-se uma estrutura razoável, com uma combinação dos interesses dos negociantes, boas estradas e uma quantidade suficiente de cavalos.

---

<sup>6</sup> NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 21.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 22.

No seu começo, o jornalismo já possuía uma variedade de pautas e de notícias. “Falava-se da ameaça dos otomanos sobre a Hungria e a Boêmia, falava-se apaixonadamente da igreja que defendia seu território contra o avanço de Lutero e Calvino”<sup>8</sup>.

A conexão entre comunicação e conflitos é, então, bastante visível. Guerras e disputas marcaram toda a Europa, seja no seu período mercantilista, seja na fase capitalista e continuam a marcar até a atualidade, com o advento da globalização. Notícias de guerras e feitos militares assinalam o início da imprensa e permeiam toda a sua história.

A imprensa trouxe consigo, entretanto, outra novidade: a censura, conhecida pela primeira vez durante a guerra dos Trintanos Anos (1618-1648), na Alemanha. Esta foi a primeira grande guerra européia, caracterizada por um conflito religioso entre católicos e protestantes, que se estendeu de 1618 a 1648, e provocou o esfacelamento do Sacro Império Romano-Germânico.

*“Foi também para impedir que as notícias desse longo conflito chegassem em detalhes ao conhecimento do público inglês que o Star Chamber Decree, em vigor de 1632 a 1638, inviabilizava parte da imprensa britânica e de certo modo dava a ela novos rumos”<sup>9</sup>.*

A censura vinha na forma de imposições governamentais, proibição de circulação de jornais que não fossem os oficiais, taxações exorbitantes. É interessante notar, porém, que a censura surge dentro de uma imprensa claramente voltada para as notícias que vinham de terras distantes. Sua explicação se deve à intenção dos governantes locais de impedir a disseminação do germen das grandes revoltas ou revoluções dentro de seus países e evitar impugnações às medidas oficiais.

A primeira contestação à censura, segundo Natali, se deu na Suécia, onde também foi promulgada a primeira lei sobre liberdade de expressão, em 1766. “... a liberdade de expressão na mídia se tornou pela primeira vez uma garantia legal...”<sup>10</sup>. Entretanto, a censura é, de certa forma, institucionalizada como aceitável, devido à sua longa história contígua à imprensa.

*“(...) prevalecia algo que dificilmente conseguiríamos hoje entender: uma espécie de acordo implícito entre governos e elites para que as decisões das*

---

<sup>8</sup> Idem, ibidem, p. 22.

<sup>9</sup> Idem, ibidem, p. 24.

<sup>10</sup> Idem, ibidem, p. 25.

*cortes absolutistas e o princípio da legitimidade do Estado não sofressem nenhuma forma de contestação interna ou externa”<sup>11</sup>.*

Desde o seu surgimento, o jornalismo, então internacional, já encarou as amarras da censura. E desde o começo a sociedade conheceu a luta pela liberdade de expressão e de imprensa.

*“Acreditamos, com razão, que o direito à informação é um direito universal. Dele depende o exercício da cidadania, há nele uma das bases para a **legitimidade das decisões dos governos** e para a aceitação consensual das normas impessoais que teoricamente têm como origem o Estado” (grifo meu)<sup>12</sup>.*

É dentro desse contexto de legitimidade das decisões dos governos que devemos entender a censura aplicada pelas forças militares durante as guerras. Trata-se de um recurso utilizado em praticamente todos os conflitos armados, de forma mais branda ou mais intensa, dependendo do desenvolvimento do embate, para impedir que a população conteste as ações governamentais. A única exceção largamente disseminada da história das coberturas de guerra, o Vietnã proporcionou um resultado até hoje empregado para justificar a aplicação de determinadas proibições aos jornalistas que vão cobrir campanhas militares.

Nenhuma lei que trate da liberdade da imprensa, entretanto, teve impacto o suficiente para impedir que a censura fosse aplicada em todo e cada momento que os militares julgassem necessários. Nenhuma ementa ou artigo constitucional, tampouco. Desde que a cobertura de guerras possui os moldes conhecidos atualmente foram criadas maneiras de impedir o livre trabalho dos jornalistas. Na verdade, não foi preciso que a guerra da Criméia chegasse ao fim para que o gérmen da censura militar fosse instaurado.

## **Era uma vez a guerra**

Os relatos de guerra foram a primeira forma de expressar as histórias dos conflitos entre povos. “O primeiro relato de guerra da cultura ocidental foi a *Iliada*, de Homero. O texto, um dos maiores clássicos da literatura mundial, narra a sangrenta luta entre gregos e troianos, liderados por grandes guerreiros, como Aquiles e Heitor”<sup>13</sup>. A guerra de Tróia (1250 a.C – 1240 a.C) foi uma luta travada pelo domínio da cidade de

---

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p.26.

<sup>12</sup> Idem, ibidem, p.25.

Tróia e do tráfego marítimo na região. Logo após, é a vez do jovem aventureiro Marco Polo (1254 – 1324), que teria atravessado toda a Ásia, passando pela Mongólia, a serviço do imperador Kublai-Klan, contar a sua história em *Viagens de Marco Polo*.

Relatos de guerras foram e continuam sendo muito comuns. “Essa prática, desde a sua origem, também servia como uma notícia mais aprofundada de um lugar distante e, geralmente, desconhecido para o leitor”<sup>14</sup>. Nesse sentido, a história traz o nome de grandes escritos que relataram suas experiências na guerra. Entre eles, o americano Ernest Hemingway com seus livros que tratavam da guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial, das quais ele participou como um correspondente ativamente comprometido com a causa de seu país. Entre os brasileiros, Euclides da Cunha, com a sua narrativa sobre o desenrolar da guerra de Canudos. John Reed com seu relato jornalístico da revolução russa de 1917 em *Dez dias que abalaram o mundo* e outro sobre a revolução mexicana (1910-1917) em *México Rebelde*.

As coberturas jornalísticas de guerra, entretanto, podem ser encontradas, a partir de Gutenberg, na guerra civil da Grã-Bretanha<sup>15</sup>, em 1649, passando pela Revolução Francesa<sup>16</sup>, em 1785, e pela guerra de Independência Espanhola<sup>17</sup>, em 1808. Todavia, nos moldes como conhecemos atualmente, a origem da correspondência de guerra remonta à guerra da Criméia<sup>18</sup> (1854 -1856), com o repórter William Howard Russel, do jornal *The Times*, de Londres, que teve como principal relato o avanço da Brigada Ligeira britânica contra os russos durante a batalha.

---

<sup>13</sup> PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 189.

<sup>14</sup> KUHN, Adriana. **A História dos Correspondentes Brasileiros de Guerra e sua Relação com o Poder Estatal e Militar**. Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3/jornal/adrianakuhn.doc>>. Acesso em: 8 jun. 2005.

<sup>15</sup> Guerra civil entre as forças monárquicas e as do Parlamento, lideradas por Oliver Cromwell, que ocorre na Inglaterra em 1649. A vitória de Cromwell levou à proclamação da República em 1649.

<sup>16</sup> Revolução social e política que acontece na França de 1789 a 1799. Sob o lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade, a burguesia revolta-se contra a monarquia absolutista e, com o apoio popular, toma o poder, instaurando a I República, chamada Mariana.

<sup>17</sup> Rebelião militar e popular que acontece na Espanha, de 1808 a 1813, contra o Império Napoleônico. Seu final coincide com a deterioração do poder imperial napoleônico e com a derrubada do irmão de Napoleão Bonaparte, José, do trono espanhol com a ajuda da Inglaterra.

<sup>18</sup> A guerra da Criméia foi a disputa entre a Rússia e uma coalizão formada por Reino Unido, França, Sardenha (Itália) e Império Turco-Otomano (atual Turquia). A guerra aconteceu de 1854 a 1856, na península da Criméia, no sul da Rússia, e nos Balcãs. A coalizão, com o apoio da Áustria, foi formada como reação às pretensões expansionistas russas. Desde o fim do século XVIII, os russos tentavam aumentar sua influência nos Balcãs e na região entre os mares Negro e Mediterrâneo.

## Um mundo de guerras e paz

A história das guerras é tão antiga quanto a história da humanidade. “A guerra precede o Estado, a diplomacia e a estratégia por vários milênios”<sup>19</sup>. Ao tomar consciência de sua existência, o homem se atribui determinados direitos individuais, que podem, em determinados momentos, se chocar com os de outros seres humanos. Este é um dos principais aspectos da relação entre os indivíduos e também o estopim para a lide: “o conflito é inerente ao ser humano”<sup>20</sup>.

A guerra foi o principal lenitivo de sobrevivência de muitas sociedades. É o caso dos espartanos e dos romanos, que utilizavam os conflitos armados com outros povos para desenvolver a sua sociedade. Enquanto Esparta era uma cidade-Estado grega que transformava todos os seus cidadãos em soldados, Roma vivia em uma constância de guerras para adquirir escravos que faziam o império funcionar. Até o final da Primeira Guerra Mundial o fenômeno da guerra era compreendido e até aceito como um recurso para a cessão dos fins pacíficos de uma negociação. A paz, até então, era conhecida apenas como um período entre guerras dado ao grande número de conflitos.

*“A guerra tem sido uma constante na História do Homem. Existiu em todas as épocas. O número de guerras registrado pelos pesquisadores é muito elevado. Novicow reproduz dados da Gazeta de Moscou afirmando que ‘de 1946 a.C. até 1961, e 3.358 anos, houve 227 anos de paz e 3.130 anos de guerra, ou seja, um ano de paz para cada 13’”<sup>21</sup>.*

Mas a enorme devastação provocada pelo primeiro grande conflito mundial promoveu mudanças bruscas nessa visão. Apesar de ser nomeada como mundial ela foi, essencialmente, uma guerra européia. Contou mais de oito milhões de mortos e algo em torno de 21 milhões feridos, cerca de 57% do contingente militar da época. A Primeira Guerra Mundial trouxe um trauma tão grande para o continente europeu que, ao se verem diante da possibilidade de um novo conflito mundial, cerca de 20 anos depois, a França escondeu-se atrás de suas fortificações e não revidou quando estas foram rompidas e a Grã-Bretanha ficou desesperada para evitar um conflito como o que havia dizimado a sua

---

<sup>19</sup> KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 19.

<sup>20</sup> GONÇALVES, Joanisval Brito. Op. cit. p. 14.

<sup>21</sup> Idem, ibidem, p. 14.

população. Para os países europeus envolvidos, a primeira, e não a segunda guerra, é a “Grande Guerra”<sup>22</sup>.

Até então, o mundo nunca tinha encarado um conflito com tamanha proporção, envolvendo tantas potências. O mais perto disso foi a breve guerra da Criméia (1854-1856), entre a Rússia de um lado e a Grã-Bretanha, França e Império Turco-Otomano do outro. As guerras eram medidas em meses e não em anos. A maior delas havia sido a guerra Civil Americana, entre 1861 e 1865 e no período entre 1871 e 1914 não houvera nenhuma guerra na Europa.

*“... o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram... Para os que cresceram antes de 1914, o contraste foi tão impressionante que muitos (...) se recusaram a ver qualquer continuidade com o passado. “Paz” significava “antes de 1914”: depois disso veio algo que não mais merecia esse nome”<sup>23</sup>.*

## Os meios de comunicação e a guerra

Não só a história do nascimento e evolução do jornalismo está atrelada às guerras, como também a história dos meios de comunicação. No século XVIII, durante a Revolução Francesa, a França instalou o primeiro sistema de “telecomunicações”<sup>24</sup>, com o telégrafo ótico ou aéreo. O objetivo era promover um meio de comunicação entre as forças armadas do país que se encontrava em guerra.

Em 1837, o sistema de telégrafo foi aperfeiçoado, mas, somente em 1852, o público foi autorizado a utilizá-lo, com diversas restrições. Até então, o sistema telegráfico teve diversas oportunidades para mostrar a sua capacidade durante conflitos. “... a primeira aplicação de envergadura desse sistema pelos estados-maiores irá efetuar-se no momento da guerra da Criméia”<sup>25</sup>. Coincidência ou não, esta foi, como dito acima, a guerra que moldou a correspondência de guerra como a conhecemos atualmente.

Juntamente com os primeiros adventos da comunicação à distância, começaram a surgir as primeiras agências de notícias. “A rápida progressão das redes das

<sup>22</sup> HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 33.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p. 30.

<sup>24</sup> “... o termo apenas será criado, no início do século XX, por um engenheiro francês dos Correios e Telégrafos, e homologado internacionalmente em 1932.” Mattelart, Armand. *Op. cit.* p. 15.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 19.

grandes agências é paralela ao advento de uma imprensa liberada dos constrangimentos da censura<sup>26</sup>.

Os adventos do rádio e da televisão também foram amplamente utilizados em conflitos, no sentido de se fazer uma máquina de manipulação interna por meio da propaganda governamental. Enquanto as possibilidades do rádio foram descobertas pelos britânicos durante a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, utilizadas com eficiência pelos alemães durante o segundo grande conflito mundial, a televisão foi inserida com grande eficácia no contexto da guerra durante o conflito do Vietnã.

De acordo com Mattelart, a lenda do poder dos meios de comunicação de massa, especialmente em sua relação à guerra, começou a ser forjada no final do século XIX, quando se desenrolou a primeira grande campanha de imprensa, com o objetivo de incitar um governo a intervir militarmente em um território estrangeiro<sup>27</sup>. Trata-se do território de Cuba, que foi invadido pelos *marines*, em 1898, por um presidente norte-americano incapaz de resistir à opinião imputada pelo magnata das comunicações na época, W. R. Hearst, à população estadunidense.

---

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 28.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p. 30.

## CAPÍTULO II

### A VERDADE ACOMPANHA A CENSURA

#### A guerra da Criméia

*“Como eu iria descrever o que não vira? Onde saber dos fatos pelos quais estavam esperando na pátria? Meus olhos marejavam-se, enquanto tentava tomar notas do que ouvira. (...) Agora era que o peso da tarefa por mim aceita se fazia sentir em minha alma, como chumbo.”*

*Howard Russell, primeiro correspondente de guerra*

A história da cobertura é também a história do acompanhamento dos conflitos armados pela população dos países envolvidos e, conseqüentemente, da aprovação destes para as escolhas dos governos beligerantes. Antes da presença de jornalistas nos campos de batalhas, as notícias que o povo recebiam do *front* ou eram de fontes oficiais ou por meio de pinturas, poesias épicas e relatos de soldados que retornavam da guerra. Nesse sentido, a guerra da Criméia abriu as portas para a possibilidade da população poder pensar e opinar sobre o conflito ou até intervir diretamente nele. Pela primeira vez, o desempenho dos militares era discutido e o horror da guerra alcançava a retaguarda.

A guerra da Criméia não só deu origem ao correspondente de guerra no formato que ele possui atualmente, como também produziu o gérmen para a censura militar que, desde então, assombra os jornalistas que decidem partir para a cobertura de conflitos. Foi por meio desta guerra que os governos beligerantes tiveram uma primeira idéia de quais seriam as conseqüências de manter a população civil informada sobre os acontecimentos dos campos de batalha.

William Howard Russell foi, como ele mesmo se denominou, “o pai de uma tribo sem sorte”. Foi a sua cobertura da guerra da Criméia, pelo jornal *The Times*, de Londres, que marcou o início dos esforços do jornalismo para relatar os acontecimentos do *front* para a população civil. Antes dele, as notícias da guerra eram plagiadas de jornais estrangeiros ou, então, os jornais contratavam oficiais para enviarem informações dos campos de batalha.

A recepção dos militares ao primeiro correspondente de guerra da história do Jornalismo, não foi, entretanto, calorosa. Ao contrário, Russell enfrentou a oposição do líder da expedição<sup>28</sup>, Lord Raglan, que “decidiu não reconhecer os correspondentes, não lhes dar ração nem assistência, e recorrer, por outro lado, a quaisquer esforços de oficiais subalternos para desencorajá-los”<sup>29</sup>. Russell atacou Raglan, cunhando-o de incompetente, o que causou o furor dos governantes ingleses. Lord Raglan morreu, em 1855, desgastado pelo conflito e desmoralizado na imprensa britânica que o tinha transformado num bode expiatório.

Mas, de certa forma, foi o seu falecimento que promoveu as primeiras mudanças na relação entre os militares e a imprensa. A rainha Vitória e o governo manifestaram o seu descontentamento com o correspondente de guerra que falava mal das táticas de seu próprio país. Raglan deixou de ser o bode expiatório e este papel passou a pertencer a Russell, no sentido de justificar todo e qualquer tipo de censura que fosse impugnado aos repórteres que cobriam a guerra.

*“O novo comandante britânico, Sir William Codrington, sentiu que estavam criadas condições para impor restrições aos jornalistas que cobriam a guerra e emitiu, a 25 de fevereiro de 1856, uma ordem geral que é considerada o germe da censura militar”<sup>30</sup>.*

Ela obrigava o credenciamento dos jornalistas junto às autoridades militares e proibia a publicação de qualquer detalhe que pudesse ter algum valor para o inimigo. Quem não seguisse essa regra corria o risco de ser expulso dos campos de batalha.

Este, porém, não foi o único resultado do trabalho inovador realizado por William Russell. Para provar que ele estava errado ao denunciar as más condições da guerra foi enviado para a Criméia o fotógrafo Roger Fenton, a fim de registrar os acontecimentos. Trata-se, aqui, do primeiro fotojornalista de guerra. O que suas lentes registraram mostrava uma guerra asséptica, onde tudo parecia em ordem e todos estavam felizes.

*“O fotógrafo britânico, Roger Fenton, foi autorizado a bater suas fotos com a condição de que sua objetiva evitasse, cuidadosamente, focalizar os horrores da*

---

<sup>28</sup> Naquela época não havia um Ministro da Guerra, que posteriormente se tornaria o responsável pela relação entre forças armadas e a mídia.

<sup>29</sup> KNIGHTLEY, Phillip. **A primeira vítima: o correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Criméia ao Vietnã**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p. 14.

<sup>30</sup> SANTOS, José Rodrigues. **Crônicas de Guerra: da Criméia a Dachau**. Lisboa, 2001. Disponível em: <<http://www.gradiva.pt/capitulo.asp?L=100174>>. Acesso em: 04 nov. 2005.

*guerra. Não assustar as famílias dos soldados: tal foi a razão invocada pelo estado-maior. Daí resultaram 360 fotos onde a guerra aparece como um piquenique.*<sup>31</sup>

A introdução da fotografia no ambiente de guerra trouxe uma revolução na forma como o combate era encarado pela opinião pública. Agora, além de obter as notícias da guerra por meio dos relatos jornalísticos, a população civil tinha acesso também às imagens das batalhas. Não precisava mais utilizar a imaginação para compreender o que acontecia.

A guerra da Criméia também definiu duas técnicas distintas utilizadas pelos correspondentes. A primeira, utilizada por Russell, consistia em descrever as batalhas e os seus resultados, algo como um relato. Já a segunda corrente, representada por Edwin Lawrence Godkin, repórter do *London Daily News*, de Londres, estava voltada para os efeitos da guerra sobre o indivíduo. Os dois tipos de notícia eram ansiosamente aguardados na Grã-Bretanha, mas pelo fato de Russell ser do *The Times*, jornal proeminente, seus relatos tinham mais peso. Ambos os estilos perpetuarão e serão encontrados em todas as guerras que foram cobertas jornalisticamente.

As conseqüências das reportagens publicadas durante a guerra da Criméia foram as reestruturações dos campos de batalha. O próprio jornal *The Times* exigia o envio de médicos e enfermeiras para melhorar as condições dos soldados feridos em batalhas. Cabe, também, ao jornalismo realizado nesse período, o crédito pela criação de um serviço de enfermagem do governo, um antecessor da Cruz Vermelha.

Os despachos de Russell contribuíram para que o governo britânico abrisse os olhos para as condições dos campos, mesmo que em momento algum ele admitisse que o correspondente dizia a verdade. Ao contrário, a única atitude tomada pelos governantes ingleses foi negar que os relatos de Russell condiziam com a realidade.

O resultado da cobertura realizada na guerra da Criméia foi a tentativa, em todos os conflitos posteriores, de se livrar da presença dos correspondentes. Essas figuras eram consideradas aliciadores da paz e de governos que tentavam obter a vitória de seus exércitos a qualquer custo. Nesse conflito eles colocaram "... o Ministério da Guerra a par do fato de que o público tinha algo a dizer a respeito do comportamento das guerras e que

---

<sup>31</sup> MATTELART, A. Op. cit. p. 20.

estas não são preocupação exclusivamente de soberanos e estadistas”<sup>32</sup>. E que a opinião pública poderia produzir a vitória ou a derrota em um conflito.

---

<sup>32</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 25.

## CAPÍTULO III

### A GUERRA CIVIL NORTE-AMERICANA

*“A ciência da correspondência militar foi levada ao seu mais alto desenvolvimento e efetividade durante a Guerra Civil.”*

*Havilah Babcock*

A guerra civil norte-americana em momento nenhum foi um exemplo de correspondência de guerra. Foi o maior conflito armado realizado dentro do território norte-americano e como tal, era vital que recebesse uma cobertura à sua altura. Entretanto, isso não aconteceu. Havia uma grande procura por notícias e um enorme contingente de jornalistas. Cerca de 500 deles vieram do norte. Pela primeira vez, o telégrafo foi disponibilizado para o uso em larga escala e os jornais investiram maciçamente na cobertura da guerra, devido ao aumento das tiragens desde o início das ofensivas. Repórteres do mundo inteiro partiram para os Estados Unidos com o objetivo de cobrirem o conflito.

*“... o noticiário da Guerra Civil foi não apenas mais extenso do que em qualquer guerra precedente, mas também mais imediato. Pela primeira vez na história norte-americana, era possível, para o público, ler o que acontecera ontem, em vez da opinião de alguém a respeito do sucedido na semana passada”<sup>33</sup>.*

A quantidade de repórteres, entretanto, não foi sinônimo de qualidade na cobertura. Apesar de terem sido romantizados, assim como diversos outros aspectos da guerra civil norte-americana, muitos dos jornalistas, fossem eles estadunidenses ou europeus, eram desqualificados e a concorrência entre os jornais promoveu distorções, exageros, calúnias e histórias forjadas.

*“A lenda, convenientemente, deixa de lado o fato de que a maioria dos correspondentes do Norte era ignorante, desonesta e não-ética; que os despachos por eles escritos eram, com frequência, inexatos, muitas vezes inventados, facciosos e inflamatórios”<sup>34</sup>.*

---

<sup>33</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 29.

<sup>34</sup> Idem, ibidem, p. 30.

Se esse sensacionalismo e exagero podem, de certa forma, ser compreendidos nos repórteres norte-americanos, que nunca tinham lidado com a cobertura de conflitos, o mesmo não pode ser dito dos seus colegas europeus, que já possuíam uma experiência adquirida desde a guerra da Criméia. Este foi o conflito que forneceu mais para a cobertura de guerra e, entretanto, foi menos aproveitada pelos jornalistas.

O aparato tecnológico que permitia uma transmissão diária dos acontecimentos do *front* acirrou a concorrência e a “pressão para um furo forçava muitos correspondentes a assumir posições que comprometiam qualquer ética com a qual pudesse ter começado”<sup>35</sup>. De fato, a instrução que os editores passavam para os seus repórteres era a de telegrafar todas as notícias que possuíam e quando estas acabassem, que eles enviassem rumores.

Alguns jornalistas se recusaram a ser meros observantes do conflito e se tornaram verdadeiros combatentes. “Muitos repórteres andavam armados e alguns só mandavam suas crônicas quando pousavam as armas, nos intervalos dos combates”<sup>36</sup>. Antes de se verem como jornalistas, eles se viam como soldados patrióticos que lutavam por uma causa.

Por outro lado, esse conflito não se diferenciou dos seus antecessores e predecessores quanto à censura militar. Ela começou de forma casual, quando um comandante nortista impediu a publicação de uma derrota e, posteriormente, virou uma atribuição do Ministério da Guerra.

A censura militar, aqui, já adquirira sua faceta marcante. Impedir que informações valiosas para o inimigo fossem divulgadas, ocultar perdas materiais e números de baixas sofridas da retaguarda e conquistar o apoio da opinião pública. A desobediência a essas regras garantia a suspensão dos jornais e, até mesmo, a prisão de editores e jornalistas.

*Intimada pela censura, determinada a manter o moral e mal servida pela maioria de seus correspondentes, a imprensa confederada prestou-se à linha de propaganda do governo muito mais prontamente do que o fez a imprensa nortista. Prova disso é o fato de que pelo menos vinte jornais foram suprimidos no Norte, em comparação com apenas um no Sul. O resto acompanhava o esforço de guerra confederado, mantendo suas críticas dentro de limites bem definidos, evitando um “tom desesperado de repreensão” e tentando, como um*

---

<sup>35</sup> Idem, ibidem, p. 33.

<sup>36</sup> SANTOS, José Rodrigues. Op. cit. Acesso em: 04 nov. 2005.

*editor instruiu seu correspondente, “apresentar ao querido público semanal, tanto quanto possível, o lado animador das coisas”.*<sup>37</sup>

A guerra civil norte-americana foi, também, a criadora de uma forma de relacionamento entre os militares e os correspondentes seguida em vários outros conflitos posteriores. São boletins diários de guerra, que traziam, de forma sucinta, a situação de cada comando e, representaram uma tentativa do governo de lidar com as mentiras, rumores e notícias alarmistas escritas por alguns correspondentes.

A atitude dos repórteres provocou o descrédito da imprensa junto aos leitores. As notícias enviadas mostravam o lado fútil e sangrento do conflito e isso não chamava mais a atenção do público. A correspondência de guerra realizada durante este embate deixou muito a desejar. Pela primeira vez a censura não poderia ser totalmente responsabilizada pela privação da população das notícias do *front*. Aqui, os repórteres também foram culpados, tanto pela negligência quanto pela falta de ética.

*“A guerra, entretanto, teve realmente o efeito de tornar a correspondência de guerra um setor separado na prática do jornalismo. Constituiu uma nova estirpe de repórter, e também de leitor, para justificar sua dispendiosa existência. **Tudo o que era necessário, agora, eram guerras maiores e melhores**” (grifo meu)*<sup>38</sup>.

Os cinqüenta anos que se seguiram ao final da guerra civil norte-americana foram chamados de anos de ouro da correspondência de guerra. Não havia um recanto do globo em conflito onde os repórteres não estivessem. Nesse período, entre o final da guerra civil americana e começo da Primeira Guerra Mundial “a imprensa se desenvolveu com a ajuda do telégrafo, que permitia aos correspondentes a remessa de notícias de locais distantes”<sup>39</sup>.

Além disso, mesmo que existisse, a censura ainda não se encontrava em um formato organizado, como será observado no primeiro grande conflito mundial. Os militares ainda não haviam percebido, mesmo após a guerra da Criméia, o grande interesse da opinião pública em tomar conhecimento dos acontecimentos da guerra e poder opinar sobre eles. Os jornais perceberam o grande interesse do público por essas notícias, escritas, principalmente, como narrativas de aventuras e desprovidas de comentários políticos.

---

<sup>37</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 36.

<sup>38</sup> Idem, ibidem, p. 53.

<sup>39</sup> MATTOS, Sérgio. Op. cit. Acesso em: 04 nov. 2005.

O fato de a maioria dos conflitos, nesse período, não dizer respeito ao futuro dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, os dois países de maior público leitor de jornais, foi um ponto crucial para promover o desenvolvimento dessa vertente do jornalismo. Tudo isso contribuiu para a criação de um corpo de jornalistas altamente preparado para suportar as exigências de um noticiário de guerra.

Este foi o único período no qual esses jornalistas se viram, na maior parte do tempo, distantes das amarras da censura. Posteriormente, o envolvimento direto dos britânicos e americanos nos conflitos mudou radicalmente essa visão e produziu uma forte influência sobre a reportagem de guerra.

*Para os leitores de Londres e Nova York, batalhas distantes, em lugares estranhos, devem ter parecido irrealis, e o estilo da reportagem de guerra da Idade de Ouro (...) só fazia aumentar a ilusão de que tudo era uma história emocionante de aventuras. Certamente, quando seu próprio país estava envolvido, como a Grã-Bretanha na África do Sul, a atitude do correspondente de guerra e de seus leitores era radicalmente diferente<sup>40</sup>.*

O final dessa “idade de ouro” chega com o surgimento da propaganda interna utilizada como uma poderosa arma de influência e controle da opinião pública. Nem mesmo a experiência angariada com meio século de coberturas de conflitos armados preparou os correspondentes para lidarem com esse novo conceito de comunicação de guerra.

---

<sup>40</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 81.

## CAPÍTULO IV

### A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

*“As luzes se apagaram em toda a Europa. Não voltaremos a vê-las acender-se em nosso tempo de vida.”*

*Edward Grey*

A Primeira Guerra Mundial proporcionou um novo tipo de relacionamento entre os repórteres e os militares. À época, a esperança do governo britânico era de que este conflito marcasse o fim dos correspondentes. Tal fato, entretanto, não se confirmou e não se tornaria jamais uma realidade. Aonde quer que houvesse uma guerra, ali estariam presentes jornalistas do mundo inteiro prontos para contar à população civil o desenrolar do conflito.

Nesta guerra, entretanto, simplesmente não houve lugar para os jornalistas. Em ambos os lados, Alemanha de um e Inglaterra e França de outro, os correspondentes eram encarados como pessoas extremamente indesejadas e tiveram, inclusive suas vidas ameaçadas. Pela primeira vez, a propaganda seria empregada em uma guerra. O seu objetivo era, unicamente, ludibriar a população civil. “Foram ditas mais mentiras deliberadas do que em qualquer outro período da história, e todo o aparato do Estado entrou em ação para suprimir a verdade”<sup>41</sup>. Tudo isso porque a verdade colocaria por terra as promessas de esplendor, honra e glória feitas no início do conflito.

*“Grande parte da culpa cabe aos correspondentes de guerra britânicos. Estavam numa posição que lhes permitia saber mais do que a maioria das pessoas sobre a natureza da guerra desgastante na Frente Ocidental, não obstante identificaram-se, de modo absoluto, com os exércitos no campo; protegeram o alto-comando das críticas, escreveram jovialmente a respeito da vida nas trincheiras, mantiveram silêncio a respeito da carnificina e se deixaram absorver pela máquina da propaganda”<sup>42</sup>.*

Já no primeiro momento, a Inglaterra realizou um trabalho de propaganda nunca visto antes numa campanha de guerra, transformando a Alemanha num inimigo

---

<sup>41</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 103.

<sup>42</sup> Idem, ibidem, p. 103.

monstruoso, com um exército de agressores, que deveria ser prontamente combatido. A Alemanha, em nenhum momento do conflito, conseguiu se reerguer desse choque inicial e também não conseguiu lidar com a máquina da propaganda governamental com tanta eficácia quanto os britânicos. Tal feita, entretanto, não se repetiu na Segunda Guerra Mundial, quando a Alemanha utilizou-se com primazia de uma das armas que promoveu a sua derrota no primeiro conflito.

Nesse contexto, o correspondente de guerra serviu ao interesse do governo britânico e passou a ser um disseminador da propaganda governamental. Eles foram úteis, especialmente, para escrever sobre os casos de interesse humano, retratando como os alemães eram perversos, cometiam assassinatos a sangue-frio e atrocidades. Nada que os aliados também não fizessem, com a diferença de que a Alemanha não se utilizava das mesmas armas.

A ordem geral desta guerra era fazer os correspondentes perderem o tempo deles. Além de serem previamente selecionados pelo Ministério da Guerra, eles eram mantidos longe do *front* e só podiam sair acompanhados por oficiais. Para completar, todas as suas matérias eram submetidas aos censores antes de serem enviadas para as redações. Qualquer correspondente não autorizado no campo deveria ser preso, ter seu passaporte apreendido e ser expulso.

A posição repressora da Inglaterra em relação aos correspondentes de guerra, porém, recebeu um golpe baixo quando o ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, escreveu ao Secretário do Exterior britânico, Sir Edward Grey:

*“Houve um contraste muito chocante entre a ampla atenção prodigalizada aos correspondentes de guerra pelas autoridades militares alemãs e a recusa categórica a manter qualquer contato com eles, por parte dos governos britânicos e francês (...) as únicas verdadeiras notícias da guerra, escritas por norte-americanos conhecidos e dignos de confiança do público dos EUA vêm do lado alemão. Se acham que a opinião pública [norte-americana] deve ser levada em conta, então vale a pena que considerem se grande parte de sua censura funciona e se grande parte da recusa em permitir correspondentes no front não tem representado um perigo para sua causa, do ponto de vista do efeito sobre a opinião pública, sem qualquer vantagens militares correspondentes”<sup>43</sup>.*

Com o objetivo de conquistar a opinião pública de países neutros, a Alemanha tinha recebido os correspondentes norte-americanos e lhes oferecera toda a assistência necessária. Já os britânicos só mudaram seu posicionamento após perceberem que a

---

<sup>43</sup> Idem, ibidem, p.121.

eficácia de sua propaganda governamental não se estendia além de suas fronteiras. Isso promoveu uma mudança na relação até então travada entre os militares ingleses e os correspondentes de guerra. Foi feito um regulamento para reger a atividade dos repórteres que estabelecia as regras da censura no campo de batalha.

Os correspondentes tinham que usar uniformes de oficiais e recebiam um *status* honorário de capitães. Além disso, uma casa foi colocada à disposição deles para servir de quartel-general, e todo tipo de provisões foi arranjada. Mas, mesmo que tivessem sido recebidos do lado britânico, logo perceberam que não eram bem-vindos.

A entrada dos Estados Unidos no conflito, em 1917, não trouxe benefícios para os correspondentes norte-americanos. Até então, os repórteres de países neutros eram os únicos que usufruíam de uma liberdade relativa. Entretanto, a França, por exemplo, desferia para eles o mesmo tratamento dado aos seus jornalistas: se fossem encontrados perto do *front*, eram capturados e enviados para uma prisão.

Para os países beligerantes, o objetivo imediato era conquistar os correspondentes das nações neutras para expandir a sua área de propaganda. Eles acreditavam que esses repórteres, assim como os de sua pátria, deveriam se comprometer com um dos lados da guerra. Se um correspondente fizesse uma cobertura do lado alemão e fosse capturado pelos britânicos, eram executados sob a pecha de espião.

O quadro da guerra que os estadunidenses receberam nos primeiros meses do conflito foi o melhor que poderia ter sido apresentado diante da censura implantada pelos governos alemão, britânico e francês. Porém, em determinado momento a mídia norte-americana se transformou em mais uma das esferas de propaganda do governo britânico. O objetivo era convencer a população de que os Estados Unidos deveriam entrar na guerra.

*“Sob a influência daquilo que liam nos jornais, os americanos chegaram a encarar a guerra como uma simples luta entre o bem e o mal, e, apesar do fato de a eleição presidencial de 1916 mostrar que a grande maioria do povo desejava a manutenção da neutralidade dos Estados Unidos, desenvolveu-se na mente dos líderes da América um ódio tão cego de tudo que fosse alemão a ponto da guerra se tornar inevitável”<sup>44</sup>.*

Ao entrarem na guerra os Estados Unidos começaram a se utilizar da mesma arma que seus aliados, para impedir que a população tomasse conhecimento do que acontecia no *front*. Apesar da constituição dos Estados Unidos garantir a liberdade de

imprensa, o que estava em jogo eram os princípios de uma nação em guerra. Isso exigia o controle da maneira como as pessoas combatiam e pensavam. E esse controle só poderia ser feito por meio da censura dos meios de comunicação.

Por fim, os correspondentes acabaram por se tornar parte da máquina da propaganda da Primeira Guerra Mundial, disseminando informações não-apuradas, evitando entrar em confronto com as opiniões dos militares e aceitando todas as formas de censura impostas. Poucos foram os que enfrentaram os militares na busca pelas notícias (somente um era britânico e não pôde publicar suas matérias) e os que o fizeram se expuseram a todo tipo de retaliações por parte dos militares britânicos.

Nesse sentido, nem o público britânico, nem o francês e tampouco o alemão sabiam o que estava acontecendo ou quantas baixas haviam no *front*. Tal número, na verdade, nunca será de fato totalmente conhecido, devido ao fato dos militares falsificarem os dados. O então Primeiro-Ministro britânico reconheceu, no final de 1917, que “se as pessoas realmente soubessem, a guerra acabaria amanhã. Mas, naturalmente não sabem e não podem saber. Os correspondentes não escrevem e a censura não aprovaria a verdade”<sup>45</sup>. A ignorância da população garantia a continuidade do conflito e os governos garantiam, com todas as suas armas, que a verdade ficasse escondida do seu povo. O jornal *The Times* ofereceu uma explicação para o fracasso dos correspondentes na sua atuação durante a Primeira Guerra Mundial:

*“A principal razão para o fracasso dos correspondentes [de guerra] era que eles próprios não compreendiam os acontecimentos. Afinal, não se interpuseram obstáculos para chegarem diretamente à linha de frente – desde que não tentassem chegar até lá quando algo em particular estava acontecendo; não estabeleceram restrições quanto às pessoas com quem poderiam falar – com a condição de não falarem com ninguém ocupado! (...) Oficiais de imprensa dirigiam seus movimentos tão de perto que mal tinham qualquer iniciativa na escolha de onde deveriam ir. O indivíduo que voltava depois de um período de tempo na linha jamais desejava descrever como era. Mesmo quando os correspondentes captavam alguma coisa suspeita de como eram realmente as condições dos combatentes, não eram necessariamente encorajados a transmiti-la para a pátria: na verdade, um conhecimento como o que obtinham, inspirava silêncio”<sup>46</sup>.*

Foi nesse silêncio, de certa forma forçado, que os correspondentes se mantiveram durante a guerra. Pode-se dizer que a arma mais poderosa desse conflito foi a inserção da propaganda para manipular e persuadir a opinião pública e garantir que a

---

<sup>44</sup> Idem, ibidem, p. 157.

<sup>45</sup> Idem, ibidem, p. 139.

população se mantivesse favorável ao conflito, algo que jamais fora aplicado anteriormente em uma escala tão ampla.

A eficiência dessa arma foi tão grande que nos conflitos posteriores, até a guerra do Vietnã, os governos beligerantes fizeram questão de garantir que sua população fosse mantida informada somente daquilo que interessava ao alto escalão. Tudo isso, no sentido de garantir o apoio popular em todas as decisões governamentais. O gérmen da propaganda de guerra foi instaurado no primeiro grande conflito mundial, quando as forças militares tomaram consciência do grande poder que os meios de comunicação tinham em suas mãos. Entretanto, em nenhum momento, houve a liberdade total de imprensa, nem para os correspondentes dos países beligerantes nem para os dos países neutros. Calar os correspondentes foi a melhor maneira encontrada, naquele momento, para garantir a vitória. Esse artifício será amplamente utilizado pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, p. 140.

## CAPÍTULO V

### COMEÇA A SEGUNDA GUERRA

*“Os americanos não têm mais medo da verdade do que os britânicos e, homens livres como são, estão no direito de conhecê-la, com a confiança de não se surpreenderem com o triunfo nem com o desastre. Só os tiranos precisam manter seu povo na ignorância.”*

*Jornal The Times*

A Segunda Guerra Mundial trouxe uma nova realidade para os repórteres. Assim como no conflito de 1914-1918, aqui os correspondentes também tinham o papel de projetar a versão oficial dos fatos para os seus compatriotas. Entretanto, os jornalistas podiam acompanhar as tropas para todos os lados. Era como se fizessem parte do próprio batalhão.

Da mesma forma que esse foi um conflito com três frentes de batalha, assim também o foi o trabalho realizado pelos repórteres que cobriam as batalhas. Dado ao fato de que se tratava de uma guerra que envolveu praticamente todos os países do globo, dificilmente haveria um jornalista que pudesse ser considerado neutro e, portanto, a censura se encontrava espalhada por todos os lados, de forma diferente em cada uma das frentes.

*“Durante a II Guerra Mundial, o relacionamento entre os militares e os meios de comunicação foi caracterizado pela cooperação e o compromisso a uma mesma causa. John Steinbeck, um correspondente de guerra na época, explicou, de forma simples, essa caracterização, quando disse, “Éramos todos parte do esforço de guerra. Não apenas aceitávamos a guerra como também a fomentamos”<sup>47</sup>.*

Os principais países envolvidos (Grã-Bretanha, Estados Unidos, Japão, Alemanha e Rússia) trataram, cada um à sua maneira, de impor a censura sobre o que os correspondentes iriam dizer sobre eles. Afinal, como a Primeira Guerra Mundial havia provado, a propaganda era uma arma essencial para garantir a vitória no conflito. A

---

<sup>47</sup> VENABLE, Barry E. O Exército e a Mídia. **Revista Militar**, Portugal, 2002. p. 68.

cobertura radiofônica ao vivo possibilitou um contato mais direto com o conflito, moldando uma relação de proximidade entre o campo de batalha e os civis.

*“(...) foi a emergente transmissão do rádio que tornou as batalhas percebidas em uma relação de proximidade (no sentido de familiaridade, de envolvimento cotidiano e emocional) com vários países distantes do local dos combates: ‘Sound assumed the role, and the primacy of radio in shaping the experience of World War II remained supreme’ (Zelizer, 1995, p. 155)”<sup>48</sup>.*

No princípio do conflito, a intenção dos militares britânicos era repetir a mesma censura instaurada aos jornalistas durante a Primeira Guerra. Os objetivos também eram os mesmos: evitar que informações que tivessem importância para o inimigo fossem reveladas e controlar o conhecimento que a população possuía do *front*, para garantir apoio total e incondicional às determinações governamentais. Preocupados com o aperfeiçoamento do rádio de ondas curtas, os aliados decidiram que o seria impugnado sobre os correspondentes o mesmo sistema de censura utilizado na Primeira Guerra.

*“Haveria uma autoridade conhecida como ‘testemunha ocular’ e um número limitado de correspondentes, acompanhados por oficiais de escolta, seria tolerado nos quartéis-generais e teria permissão para enviar despachos cuidadosamente censurados sobre assuntos com pouca probabilidade de afetar o moral na frente doméstica”<sup>49</sup>.*

Foi criado o ministério da Informação com o papel de fazer os correspondentes entrarem na linha ou impor-lhes as conseqüências pelos seus atos. Ao Ministério de Guerra, anteriormente responsável pelo relacionamento com a mídia, ficou a responsabilidade de selecionar os jornalistas que poderiam cobrir a guerra e vetar os considerados impróprios para acompanhar o conflito.

Como resultado da propaganda de guerra desenvolvida pela Grã-Bretanha na Primeira Guerra, durante o segundo grande conflito, a imprensa e o governo britânicos ficaram completamente desacreditados perante a população. “... toda declaração britânica, toda matéria divulgada pelo ministério, era automaticamente rotulada como propaganda”<sup>50</sup>.

Se a relação dos correspondentes britânicos com as forças armadas de seu próprio país eram ruins, com a França ela conseguia ser ainda pior. O exército não passava qualquer informação e instaurou um sistema de despachos em que a matéria dos

<sup>48</sup> FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Experiências Temporais do Jornalismo na Cobertura de Guerras. **Verso e Reverso Revista de Comunicação**, Sergipe, ano XVII, n. 37, 2003.

<sup>49</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 227.

repórteres eram submetidas a dois censores diferentes. Além disso, quase não houveram notícias para os correspondentes que cobriam a França nos oito primeiros meses do conflito. A Alemanha, nesse conflito, sai na frente no relacionamento com a mídia. O grande aprendizado angariado com a Primeira Guerra ensinara aos militares alemães como lidar com as notícias.

*Os correspondentes recebiam privilégios especiais, tais como rações extras, uma concessão de gasolina e uma taxa cambial especial para sua moeda. Alguns deles eram até pagos diretamente pelo próprio ministério, embora um procedimento mais discreto fosse adotado, o de pagar suas contas<sup>51</sup>.*

Explicitamente não havia a censura sob os correspondentes que cobriam o lado alemão do combate. Entretanto, todos os despachos publicados eram analisados e caso fossem considerados desfavoráveis o correspondente perdia seus privilégios e podiam, inclusive, ser presos e acusados de espionagem.

Como seria de se esperar, essas “regalias” não se estenderam aos correspondentes de guerra alemães. De fato, logo de início ficou decidido pelo governo que não haveria correspondentes de guerra como tal. “Em vez disso, os jornalistas, escritores, poetas, fotógrafos, operadores de câmara, produtores de cinema e rádio, editores, impressores e artistas comerciais (...) eram simplesmente recrutados para a Divisão de Propaganda do Exército...”<sup>52</sup>.

Com uma liberdade maior dentro dos campos de batalha alemães, logo o que se disseminou pelo mundo foi a versão pintada por eles. Jornais norte-americanos estampavam na capa as fotografias alemãs e reportagens de Berlim dominavam as páginas noticiosas.

Como resultado, fica claro que a Alemanha se saiu melhor em seu relacionamento com a mídia que a Grã-Bretanha ou a França. De fato, os correspondentes norte-americanos freqüentemente reclamavam sobre a censura imposta pelos britânicos. Além disso, a Alemanha estava ganhando a guerra, o que tornava muito mais fácil dar notícias junto ao seu exército.

É preciso revelar que a maior parte das matérias publicadas nesse período sobre a Grã-Bretanha foi escrita por correspondentes provenientes dos Estados Unidos e,

---

<sup>50</sup> Idem, ibidem, p. 289.

<sup>51</sup> Idem, ibidem, p. 279.

<sup>52</sup> Idem, ibidem, p. 280.

basicamente, eles eram pró-britânicos, “o que impediu a maioria dos correspondentes de dar aos seus leitores um ponto de vista equilibrado”<sup>53</sup>.

O conflito no lado oriental da Europa teve início em junho de 1941 com o confronto entre os exércitos da Alemanha e da Rússia. Apesar de merecer a melhor cobertura que pudesse receber, devido ao fato de ter sido a campanha decisiva da Segunda Guerra Mundial, ela ficou relegada à segundo plano. Um dos fatores que contribuiu para isso foi o relacionamento desenvolvido entre os russos e os correspondentes de guerra. Todos os repórteres ocidentais eram encarados como espiões e para lidar com eles foi criada uma equipe especial que possuía, como único objetivo, impedir os jornalistas publicassem toda a história da guerra na Rússia.

A censura infringida pelo governo russo foi tão severa que muitos correspondentes a consideraram diabólica. Não haviam correspondentes russos cobrindo o embate, pois o governo proibira qualquer notícia que não fosse oficial. “Além dos comunicados, havia os jornais russos, com sua propaganda de “país em perigo” sua grita contra a covardia, seus apelos ao patriotismo, suas astronômicas cifras de perdas alemãs e escassas reportagens”<sup>54</sup>.

O censor russo suprimia qualquer matéria que poderia ser relevante e isso frustrava os repórteres. Por outro lado, também suprimia todas as mentiras que eram contadas sobre o *front*. Quando os correspondentes perceberam isso, descobrir uma notícia se tornou mais fácil. Bastava escrever os boatos ouvidos e esperar a supressão ou não do censor. Caso ela não viesse, o jornalista sabia que tinha algo sobre o que escrever.

Fica claro, então, que mesmo que quisessem fazer a cobertura do conflito entre a Alemanha e a Rússia, os correspondentes teriam que enfrentar uma tarefa árdua, pelo menos do lado russo. Além disso, os repórteres que se aventuravam a cobrir o conflito do lado russo eram chamados de traidores na União Soviética e de comunistas nos Estados Unidos, e, portanto, não tinham para onde fugir. Do lado alemão foi mantida a mesma estrutura utilizada na frente ocidental do conflito.

O massacre da Floresta Katyn ilustra bem a relação entre a União Soviética e os correspondentes de guerra ocidentais. Em 15 de janeiro de 1944, um grupo de repórteres foi levado para observar milhares de corpos que haviam sido desenterrados

---

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*, p. 298.

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*, p. 311.

pelos russos na respectiva floresta. Dizia-se que ali estavam enterrados cerca de 10 mil corpos de civis poloneses.

*“Os correspondentes foram até lá com a esperança de mandar matérias anunciando que a verdade fora descoberta ou de, pelo menos, apresentar suas próprias conclusões, com base nas evidências que tivessem diante de si. Em vez disso, foram colocados numa posição impossível. Tiveram permissão de assistir apenas a uma sessão de inquérito, não obtiveram consentimento para entrevistar nenhuma das testemunhas e foram completamente impedidos de escrever qualquer comentário ou avaliar e pesar as evidências. Mesmo as críticas implícitas à maneira como os russos tinham conduzido seu inquérito foram censuradas em suas matérias”<sup>55</sup>.*

Mesmo quando os russos começaram a ganhar o conflito a forma como a censura era aplicada mudou. Os militares russos continuaram desconfiados dos correspondentes e isso explica porque a guerra na União Soviética foi tão mal coberta.

Quando os Estados Unidos entraram no conflito, em dezembro de 1941, como seria de se esperar, os correspondentes norte-americanos que cobriam o conflito no Pacífico ficaram completamente amarrados pela censura. O ataque dos japoneses à Pearl Harbor foi o responsável por inserir os norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. Até então, a guerra que era travada entre o Japão e a China era relativamente fácil de ser coberta pelos correspondentes norte-americanos e britânicos.

A investida contra a frota norte-americana no Pacífico foi completamente censurada. A decisão do governo dos Estados Unidos era a de que a população civil não deveria saber da grande golpe sofrido por suas forças militares. A verdade sobre o que aconteceu em Pearl Harbor só foi divulgada após o final da guerra.

Para manter o controle sobre as notícias do conflito o governo norte-americano criou o Departamento de Informações de Guerra, com o objetivo de informar a população sobre os esforços de guerra dos Estados Unidos. Ao Departamento de Censura cabia a responsabilidade de verificar toda e qualquer informação que entrava em território americano, fosse ela por meio de cartas, jornais, filmes, etc.

Havia dois tipos de censura, uma aplicada dentro dos Estados Unidos e a outra, fora. A primeira era chamada de “censura na fonte”, em que o exército e a marinha norte-americana “tentavam impedir os correspondentes de saber qualquer coisa indesejável”<sup>56</sup>. A segunda era mais fácil de ser aplicada. Bastava impedir que os correspondentes

---

<sup>55</sup> Idem, ibidem, p. 334.

<sup>56</sup> Idem, ibidem, p. 347.

tivessem acesso aos campos de batalha, a não ser que fossem credenciados e, uma das imposições para o credenciamento era assinar um acordo para submeter sua matéria à censura.

*“Os correspondentes procuravam dizer tanto quanto possível e logo que possível; os militares procuravam dizer o mínimo e com a maior demora. Como as forças armadas, e não os correspondentes, era quem dirigia a guerra, a censura foi espetacularmente bem sucedida”<sup>57</sup>.*

Do outro lado do conflito, a situação não era diferente. Os japoneses, assim como os americanos, prezavam o sigilo sobre os acontecimentos nos palcos da guerra. Uma matéria só passava pelo controle da censura se contribuísse diretamente para o esforço de guerra japonês. Os correspondentes japoneses foram completamente patrióticos e podem, inclusive serem considerados auxiliares do governo.

As atrocidades cometidas durante o conflito foram completamente relegadas pela cobertura de guerra. A propaganda desenvolvida pelos americanos entre os seus soldados era a de desumanizar o inimigo no sentido de tornar mais fácil justificar a sua morte. Entretanto, tal atitude produz a animalização do outro. Dessa feita, houve relatos até mesmo de canibalismo cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, “... enquanto os casos de canibalismo japonês eram, com freqüência, resultado da necessidade, pelo menos um destes casos de canibalismo aliado, por ele investigados, resultara de um desafio, ou aposta”<sup>58</sup>.

Outros crimes contra a humanidade, cometidos durante este conflito, também foram deixados de lado tanto pelos correspondentes quanto por um público descrente em seu governo. A questão é que a propaganda promovida pelos governos durante a Primeira Guerra Mundial, permeada de notícias mentirosas ou meias-verdades, criou uma resistência na população.

Por esse motivo, quando as notícias sobre a realidade dos campos de concentração passaram a ser divulgadas, muitos consideraram mais uma invenção dos governos. Além disso, poucos correspondentes conseguiram transmitir o horror da situação de uma forma convincente.

A correspondência de guerra realizada nesse conflito não pôde, de forma alguma, ser considerada um modelo. Se em determinadas áreas do conflito era possível

---

<sup>57</sup> Idem, ibidem, p. 348.

<sup>58</sup> Idem, ibidem, p. 369.

para alguns correspondentes realizarem uma cobertura com uma censura branda, na maior parte dos campos de batalha, a censura foi extremamente forte. “O principal impedimento para isto era a desculpável identificação do correspondente com a causa, e sua menos desculpável incorporação na máquina militar”<sup>59</sup>. Os correspondentes, em sua maioria, não passaram de um instrumento da propaganda dos governos. O que eles realizaram durante a Segunda Guerra Mundial não pode ser considerado jornalismo.

---

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*, p. 417.

## CAPÍTULO VI

### DE MAL A PIOR

#### A guerra da Coréia

*“Desde que nosso governo exige o apoio de uma opinião pública desperta e informada... é necessário dizer a verdade ferina e dura. (...) É melhor contar detalhadamente os momentos de desespero e horror suportados por um exército despreparado, de modo que o público americano possa exigir que isto não aconteça outra vez.”*

*Marguerite Higgins, correspondente de guerra*

Logo após os dois grandes conflitos mundiais, a guerra da Coréia iniciou com uma peculiaridade interessante: a inexistência de censura militar. Nesse conflito, foi criado um código de guerra voluntário com o objetivo de preservar o sigilo militar. Havia uma liberdade total para os correspondentes denunciarem erros, as faltas de equipamentos, o pânico dos soldados e o mau exemplo dos oficiais. Mas, por outro lado, essa prática levou os correspondentes a serem acusados de traidores e colaboradores do inimigo.

Os militares instituíram o código de guerra voluntário com a crença de que os jornalistas tomariam o partido de suas nações, assim como eles foram obrigados (ou não) durante a grande guerra mundial. Os primeiros repórteres que chegaram à Coréia eram representantes das agências de notícias com base em Seul. Eles se depararam com uma sucessão de vitórias do lado comunista, que varria o exército sul-coreano na primeira semana de conflito e, ao descerem do avião, encontraram tempo, apenas, para fugirem antes dos soldados alcançarem a cidade.

O ciclo de derrotas dos sul-coreanos no começo do conflito foi fielmente retratado por repórteres desprovidos das amarras da censura. Essas notícias não agradavam às forças militares, que lembraram a todos os correspondentes a sua “importante responsabilidade na questão da guerra psicológica”<sup>60</sup>. Nesse sentido, os correspondentes se sentiram perdidos diante da confusão implantada pela falta de limites,

---

<sup>60</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 426.

pois eles acreditavam que ao publicarem os fatos como aconteciam, estavam tomando atitudes totalmente patrióticas.

*“Assim, em vez de continuar com a censura voluntária – descrita por um correspondente como “você escreve o que quiser, e nós o fuzilaremos se não gostarmos” – os correspondentes de guerra acabaram na posição incomum de implorarem as autoridades militares para introduzirem a censura plena, oficial e compulsória. As autoridades não estavam ainda preparadas para fazer isto, mas evidentemente, ganharam o primeiro round”<sup>61</sup>.*

Havia um grande número de correspondentes nesse conflito. No começo de agosto, segundo mês da guerra, eram cerca de 270 repórteres, de dezenove países. Logo, eles se dividiram em dois grupos: um que cobria a linha de frente e o outro que ficava no quartel-general. Os repórteres de linha de frente andavam armados, uns como uma forma de proteção e outros pelo simples desejo de matar um coreano.

Já nesse período os correspondentes deixaram de ser consultados pelo exército quanto às suas necessidades para realizarem a cobertura. “Os únicos correspondentes que receberam bom tratamento foram os quatro chefes de agências de notícias...”<sup>62</sup>. Eles eram os únicos que possuíam uma linha de telefone direto com Tóquio, o que permitia uma divulgação ampla e ágil das notícias. A censura voluntária durou apenas seis meses, quando as forças armadas decidiram adotar a censura militar total.

*“Então, no começo de janeiro, os correspondentes foram colocados sob completa jurisdição do exército e, por qualquer violação de uma longa lista de instruções, poderiam ser punidos com uma série de medidas, começando com uma suspensão de privilégios e indo, em casos extremos, até a deportação ou mesmo julgamento por corte marcial”<sup>63</sup>.*

Para enviar suas reportagens, os correspondentes precisavam, ou voar para Tóquio ou esperar horas para passar seus escritos por telefone, que possuía tempo de uso restrito e controlado. Ousar descumprir as normas estabelecidas poderia significar ser proibido de retornar à Seul ou encontrar dificuldades para transmitir as matérias para as redações.

*“As novas instruções incluíam as costumeiras limitações envolvendo segurança militar, mas foram ampliadas e passaram a abranger “qualquer discussão do poderio aéreo aliado” e “o efeito do fogo inimigo, a não ser com autorização”. E agora era proibido fazer qualquer crítica da conduta da guerra ou*

---

<sup>61</sup> Idem, ibidem, p. 426.

<sup>62</sup> Idem, ibidem, p. 430.

<sup>63</sup> Idem, ibidem, p. 437.

*“quaisquer comentários desairosos” sobre os soldados ou comandantes das Nações Unidas, restrições em precedentes”<sup>64</sup>.*

De um conflito armado que começou sem censura alguma, a guerra da Coreia estabeleceu precedentes que seriam utilizados em guerras posteriores, especialmente nas do Golfo. Nesse ponto, os jornais adotaram a política de não fazer um noticiário crítico como o que vinha sendo desenvolvido desde o começo da guerra e começaram a enaltecer um sentimento generalizado de apoio a seus países no conflito. A partir daí, a possibilidade de um noticiário completo e verdadeiro se tornou uma utopia.

Ao contrário dos americanos, os correspondentes britânicos possuíam uma visão cínica da guerra e, apesar do governo apoiar e fazer parte das Nações Unidas, noticiaram-na melhor que os americanos. Independentemente da nacionalidade, a regra geral que vinha das redações era minimizar o sofrimento dos coreanos e assim evitar a acusação de serem traidores. Nem mesmo o tratamento recebido pelos soldados aliados capturados podia ser divulgado. Apesar do governo alegar que os coreanos e chineses cometiam atrocidades contra seus prisioneiros, nunca houve comprovação alguma e, posteriormente, ficou comprovado que a maior parte dos soldados capturados recebeu um tratamento justo de prisioneiro de guerra.

A política desenvolvida pelas forças militares durante a guerra da Coreia foi bastante ruim e, com a mudança de governo nos Estados Unidos, a situação piorou. As proibições aumentaram e, cada vez mais, os correspondentes foram minados, inclusive no noticiamento das negociações de paz. “O quadro que os correspondentes recebiam dessa maneira – e fielmente divulgavam para seu público – era uma mistura de mentiras, meias-verdades e deturpações sérias”<sup>65</sup>.

A guerra da Coreia terminou, oficialmente, em 27 de julho de 1953. No seu último ano, a censura militar foi exercida fortemente. Para a correspondência de guerra, esse conflito só foi mais um no qual os repórteres demonstraram extrema coragem no campo de batalha e semelhante covardia na hora de questionar as finalidades do embate. Ao contrário, os correspondentes se preocuparam demasiadamente com as perdas e ganhos militares da guerra sem avaliarem se a intervenção era justificada ou se haveriam vantagens.

---

<sup>64</sup> Idem, ibidem, p. 437.

<sup>65</sup> Idem, ibidem, p. 446.

*“Os correspondentes devem aceitar a culpa pelo fato de 2 milhões de civis terem sido mortos na Coréia, mais de 100.000 crianças transformadas em órfãs e toda a península, como diz Rene Cutforth, “adquirir o aspecto de uma área completamente varrida por um gigantesco vendaval”. Tudo para quê? Ainda é difícil designar uma só coisa positiva resultante de guerra”<sup>66</sup>.*

Culpa de fato não é a palavra correta a ser utilizada. Em si, os jornalistas não foram culpados pelas escolhas dos governos beligerantes. Entretanto, em parte, eles foram responsáveis por atrocidades cometidas durante a guerra. O papel deles, naquela circunstância, era mostrar o que realmente acontecia para a população civil. O conhecimento poderia ter levado a opinião pública a tomar uma atitude ou uma posição no desenrolar do conflito. Disso, os correspondentes de guerra que trabalharam na Coréia, não podem se abster.

---

<sup>66</sup> Idem, ibidem, p. 450.

## CAPÍTULO VII

### A AMARGA DERROTA

#### A Cobertura do Vietnã

*“Em suas mentes, estavam, na realidade, fazendo filmes de guerra, dando demonstrações de coragem debaixo de fogo, deixando as balas passarem pertinho do seu nariz, tudo para as cadeias de televisão.”*

*Michael Herr, correspondente de guerra*

O Vietnã foi o marco da cobertura jornalística de guerra. Ambos, imprensa e exército concordam com tal fato. Pela primeira vez, uma guerra era tratada sem nenhum tipo de censura por parte das forças armadas. Ao contrário, nos Estados Unidos foi montada uma verdadeira campanha de relações públicas para divulgar a versão governamental do embate.

*“O Vietnã é o lugar com mais notícias por metro quadrado no mundo’, disse um veterano. Um outro afirmava que nem era preciso correr: haveria, todo dia, um furo para cada um. Todos obedeciam a essa ordem geral: descubra uma atrocidade a mais dos americanos e você alcançará a glória”<sup>67</sup>.*

A justificativa para a falta da censura não era outro senão o fato de o governo estadunidense não ter a intenção admitir que se tratava de uma guerra real. “O governo dizia que nós estávamos no Vietnã para ajudar os sul-vietnamitas, e eles não nos impuseram a censura, pois fazê-lo seria dar uma indicação de que se tratava de um conflito sério”<sup>68</sup>.

Mas essa liberdade não se permeou por todo o conflito. No começo da guerra do Vietnã, entre 1960 e 1963, houve uma certa censura contra os correspondentes estadunidenses que foram ao país retratar o conflito. Tanto o governo vietnamita quanto o norte-americano fizeram de tudo para manter a ignorância dos correspondentes e, conseqüentemente, do povo americano sobre a existência da guerra. Durante esse período,

---

<sup>67</sup> RIBEIRO, José Hamilton. **O Gosto da Guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. p. 108.

<sup>68</sup> PENA, Felipe. Op. cit. p. 196.

os jornalistas estavam fazendo o que podiam para conseguir informar seus compatriotas sobre o que acontecia no Vietnã.

Em 9 de junho de 1963, o monge Thich Quang Duc se suicidou, ao atear fogo no próprio corpo como uma forma de protestar contra a guerra. O fato foi registrado pelo correspondente Browne, da *Associated Press*, que prontamente enviou as fotos e sua matéria para os Estados Unidos. Jornais do mundo inteiro estamparam as fotos na capa, o que provocou o primeiro questionamento da população norte-americana em torno do que poderia estar acontecendo em território vietnamita. Nesse momento, ficou clara, também, a ineficiência do controle exercido pelo governo sobre os correspondentes.

Assim, a solução encontrada pelo governo norte-americano foi infligir um controle sobre os meios de transmissão das notícias. Teve início a temporada de escuta das ligações dos correspondentes, controle das máquinas de telex, plantação de agentes nos escritórios e tentativa de seguir os jornalistas nas ruas<sup>69</sup>. Essas medidas, entretanto, não surtiram o efeito desejado, o que instigou o governo Kennedy a pressionar os editores dos meios de comunicações. “Assim, a impressão que fica daqueles primeiros anos do Vietnã é a de correspondentes corajosos e hábeis, travando uma luta longa e determinada pelo direito de noticiar a guerra da maneira como a viam”<sup>70</sup>.

Mas se a liberdade total não foi possível para os jornalistas estadunidenses, para os correspondentes da Europa e da Ásia a realidade era outra. “Os correspondentes britânicos estavam mais bem colocados para escrever a respeito do Vietnã do que seus colegas americanos...”<sup>71</sup>. Não havia pressão dos Estados Unidos para que eles não publicassem o desenrolar da guerra ou amenizassem os fatos para beneficiar o governo norte-americano. Por outro lado, eles não demonstraram um interesse sobre o assunto e até relutavam em se envolver profundamente na cobertura do conflito.

Apesar de toda a liberdade concedida aos jornalistas pelos Estados Unidos e o Vietnã do Sul, no outro lado do conflito a situação era diferente. “Só entrava no Vietnã do Norte jornalista previamente avaliado pelo PC<sup>72</sup> de cada país, quer dizer, só neguinho que estava afim de falar bem”<sup>73</sup>. Tratava-se de uma faca de dois gumes, pois quem conseguia trabalhar do lado vietcongue corria o risco de ser colocado sob suspeita em seu próprio

---

<sup>69</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 408.

<sup>70</sup> Idem, ibidem, p. 480.

<sup>71</sup> Idem, ibidem, p. 483.

<sup>72</sup> Partido Comunista.

<sup>73</sup> RIBEIRO, José Hamilton. Op. cit. p. 108.

país e tinha que estar preparado para ataques à sua responsabilidade, competência e capacidade profissional.

Os norte-vietnamitas não possuíam nenhum correspondente de guerra no sentido que a palavra tem para os ocidentais. “Eles acompanhavam o progresso da guerra da melhor maneira que podiam, através dos jornais do partido, transmissões governamentais e grandes cartazes nas paredes”<sup>74</sup>. A censura aplicada pelos vietcongues, entretanto, não era opressão maior do que a crença de que os jornalistas dos países aliados aos Estados Unidos não deveriam fazer uma cobertura e emprestarem suas assinaturas para as cifras de propaganda do inimigo.

A liberdade concedida à imprensa norte-americana, de certa forma, estava intrinsecamente ligada a um comum acordo entre exército e imprensa, de lutarem pelos mesmo ideais. Os correspondentes eram constantemente lembrados de que deveriam atender aos apelos patrióticos e servirem aos interesses nacionais. Os jornalistas de outros países eram adulados de todas as formas possíveis, o que acabava infligindo neles uma necessidade de retribuição com o governo dos Estados Unidos.

*“Durante o período, jornalistas das mais variadas precedências eram convidados a visitar o Vietnã e a escrever sobre o que tinham visto. Tinham tantas mordomias que ficavam na obrigação “moral” de serem gratos e acabavam publicando exatamente o que a propaganda americana desejava”<sup>75</sup>.*

Não é, portanto, errado quando todos afirmam que a censura não existiu no Vietnã. Deveras, naquele ambiente hostil, onde não se conseguia diferenciar inimigos dos aliados, não houve nenhuma forma de impedir o trabalho realizado pelos representantes da mídia mundial. “Ao contrário das guerras passadas, onde as forças armadas controlavam estritamente o acesso ao campo de batalha, o Vietnã foi totalmente acessível para a maioria dos correspondentes de guerra”<sup>76</sup>. Mas a própria relação desenvolvida entre a mídia e as forças armadas norte-americanas se transformou numa forma de censura. Os repórteres aceitaram voluntariamente as regras de segurança estabelecidas pelos militares e era, também, por livre escolha que muitos deles só saíam a campo para retratar campanhas acompanhados de uma tropa americana.

Não há como discutir que, pela primeira vez na história da cobertura jornalística da guerra, os jornalistas tinham a liberdade de escolher o que dizer e aonde ir.

---

<sup>74</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 526.

<sup>75</sup> MATTOS, Sérgio. Op. cit. Acesso em: 04 nov. 2005.

Mas a liberdade de imprensa para os jornalistas estadunidenses só existiu no *front*. Dificilmente matérias que tratavam das hostilidades ou das derrotas dos norte-americanos foram aprovadas pelo conselho editorial e publicadas. Se a censura não conseguiu alcançar os correspondentes, em nenhum momento saiu das redações. “Tampouco a cobertura da Guerra do Vietnã, nos anos 60, foi um *show* de democracia, como muitos querem acreditar. Muito longe disso. Os grandes jornais tentaram, até o fim, manter o patriotismo em alta, até serem obrigados a engolir os fatos”<sup>77</sup>.

Até o início de 1968, esta foi a história dos correspondentes que decidiram ir para o Vietnã fazer a cobertura da guerra. A mudança veio com o ataque dos vietcongues e norte-vietnamitas à Embaixada dos Estados Unidos, em Saigon, em 31 de janeiro de 1968. A cobertura que a televisão deu ao fato acordou os americanos para o que de fato acontecia no Vietnã e colocou por terra a propaganda governamental de que eles estavam ganhando a guerra. Como poderiam estar ganhando se as imagens na televisão mostravam o contrário? Começou, então, a haver um questionamento sobre os motivos daquele conflito.

Logo após, em março do mesmo ano, veio a revelação sobre o massacre de My Lai, quando a Companhia C entrou na vila de mesmo nome e matou entre 90 e 130 homens, mulheres e crianças. “O episódio proporcionou a base para um exame dos motivos da América, da natureza da guerra e da consciência nacional e uma razão moral concreta de afastar-se dela”<sup>78</sup>. A partir daí os meios de comunicação em massa acreditaram que o afastamento dos Estados Unidos do conflito era uma questão de tempo e diminuíram o tempo e o espaço dedicado à cobertura do conflito.

*“Em 1968, no auge da ofensiva do Tet, havia 637 correspondentes credenciados; em 1969, 467; em 1970, 392; em 1971, 355; em 1972, 295. Em meados de 1974, apenas trinta e cinco correspondentes ali permaneciam, na maior parte americanos e japoneses”*<sup>79</sup>.

Mas não foi isso que aconteceu. Com o afastamento dos repórteres, a tarefa de informar sobre o que acontecia na guerra recaiu sobre o governo. Como consequência, pela primeira vez, os Estados Unidos tinha a realidade que buscou desde o começo do conflito. “... enquanto os americanos são informados pelo seu governo de que a guerra

---

<sup>76</sup> VENABLE, Barry E. Op. cit. p. 69.

<sup>77</sup> ARBEX, José Jr. **O Jornalismo Canalha**. São Paulo: Casa Amarela, 2003. p. 22.

<sup>78</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 503.

<sup>79</sup> Idem, ibidem, p. 503.

está sendo desescalada, o número de vietnamitas, cambojanos e laosianos que continuam a ser mortos, aleijados e deixados sem abrigo eleva-se a um nível recorde”<sup>80</sup>. Entre 1969 e 1973, a guerra adquiriu uma nova feição. O Laos e o Camboja entraram no embate ao lado dos vietcongues, o número de operações de bombardeios por parte dos Estados aumentou, assim como o de refugiados.

A guerra do Vietnã foi a primeira guerra na televisão, o que possibilitou aos americanos tomarem conhecimento das barbáries da guerra que eram cometidas com e pelas suas tropas. Cerca de 60% deles ficavam informados sobre o conflito por meio da televisão. “A linguagem televisiva demonstrou a força das imagens pela sua capacidade de fascinação e choque com a apresentação de dramas típicos da crueldade das guerras...”<sup>81</sup>. O que os americanos viam no vídeo era um massacre, com cenas de violência, morte e horror, jamais encaradas antes do Vietnã. Até então, ninguém poderia saber as conseqüências de uma prolongada cobertura diária da guerra pela televisão. Após o Vietnã, tal cobertura não foi novamente permitida.

Apesar de toda a pressão governamental estadunidense, a guerra do Vietnã foi a mais bem noticiada de todas e esse é um dos motivos pelo qual a imprensa passou a ser responsabilizada pela derrota americana. Aí se encontra a incoerência deste conflito. Apesar da população dos Estados Unidos se manter alheia em relação aos acontecimentos, no resto do mundo diversos jornais e redes de televisão publicavam diariamente as notícias do *front*.

Entretanto, as atrocidades que os militares cometiam com os civis se transformaram em algo tão comum que logo no início perdeu a classificação de notícia. Os crimes de guerra sempre estiveram presentes no dia-a-dia dos repórteres apesar de não se tornarem matéria jornalística. “Peter Arnett (...) diz que, mesmo se soubesse estar testemunhando um crime de guerra, não poderia descrevê-lo como tal, porque estaria julgando e, como correspondente da AP, seu trabalho era com os fatos e não com julgamentos”<sup>82</sup>. Essa forma de pensar era constante entre os repórteres norte-americanos, que não consideravam seu papel “especular sobre o aspecto moral da guerra”<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, p. 503.

<sup>81</sup> FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Op. cit. Acesso em: 08 jun. 2005.

<sup>82</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 501.

<sup>83</sup> Idem, *ibidem*, p. 501.

A tarefa mais difícil dos correspondentes durante a guerra do Vietnã foi a de não se deixar dominar pela paixão. A natureza desse conflito, como de diversos outros, foi racista. Os soldados americanos desumanizaram seus inimigos, que passaram a ser o “Charlie Cong”, com o objetivo de tornar o ato de eliminá-lo, de certa forma, mais fácil. Aqui, porém, existia o fato de que os inimigos e os aliados eram parecidos fisicamente. “No Vietnã, o racismo se tornou uma virtude patriótica. Todos os vietnamitas tornaram-se “*dinks*”, “*slopes*”, “*slants*” ou “*gooks*”, e o único bom vietnamita era o vietnamita morto”<sup>84</sup>. Assim, os soldados americanos matavam qualquer um que se parecesse um vietnamita, fosse ele um vietcongue ou não.

Isso provocou o massacre de diversas vilas, como My Lai, com o extermínio de civis, fossem eles adultos ou crianças. Ironicamente, até a publicação do massacre de My Lai, poucos correspondentes se deram o trabalho de reportar as barbáries cometidas pelas tropas estadunidenses, e os que o fizeram não tiveram suas matérias publicadas.

*“A palavra “atrocidade” precisa ser tratada com cuidado, mas pode-se argumentar que My Lai não foi uma atrocidade – pelo menos se se considerar como atrocidades algo que encaramos como sendo aberrante, algo que se afasta bastante dos eventos normais, anteriores e posteriores. My Lai, ao contrário, foi um exemplo incomumente puro da natureza da guerra no Vietnã e se afastou muito pouco – se é que chegou a se afastar – da prática comum”*<sup>85</sup>.

O massacre de civis durante a guerra do Vietnã não era notícia pelo simples fato de que não interessava ao público americano. Quem, mesmo assim, decidiu publicar as atrocidades cometidas pelas tropas americanas teve que encarar o ataque do público estadunidense e as acusações de que o veículo de comunicação estaria fazendo propaganda comunista. Assim sendo, poucos ousaram mostrar militares americanos destruindo vilas e matando vietnamitas.

*“Harrison E. Salisbury, do New York Times, o primeiro correspondente de uma grande jornal dos Estados Unidos a seguir para o Vietnã do Norte, escrevendo de Hanói, em dezembro de 1966, disse: “Qualquer que seja a explicação, todo mundo pode ver que os aviões dos Estados Unidos estão despejando um volume enorme de explosivos, em alvos puramente civis.” Isto forçou o governo a reconhecer que os pilotos americanos atingiam acidentalmente áreas civis, enquanto tentavam bombardear alvos militares, e tornaram Salisbury uma figura muito detestada em Washington”*<sup>86</sup>.

---

<sup>84</sup> Idem, ibidem, p. 488.

<sup>85</sup> Idem, ibidem, p. 497.

<sup>86</sup> Idem, ibidem, p. 526.

Em determinado momento, porém, foi impossível continuar fingindo que nada acontecia no Vietnã. Assim como o governo dos Estados Unidos, em determinado momento, teve de admitir que havia uma guerra no Vietnã, ele também teve de lidar com as imagens dos crimes de guerra que suas tropas cometiam contra os civis vietnamitas quando estas passaram a percorrer mundo inteiro. Não havia como fugir de uma realidade que estava estampada todos os dias em diversos jornais do mundo.

De certa forma, a imprensa foi a responsável pela derrota dos Estados Unidos na guerra do Vietnã, não por transmitir a verdade, mas, e principalmente, por conseguir mostrar a mentira que o governo criou para justificar a permanência dos soldados estadunidenses no Vietnã. Ao perder o apoio popular foi impraticável para o governo dos Estados Unidos manter suas tropas em território vietnamita.

Mesmo assim, a guerra, que perdeu o apoio da população americana, em 1968, só acabou oficialmente em 31 de abril de 1975, quando um tanque vietcongue derrubou o portão do palácio presidencial de Saigon. “A TV foi importante na medida em que transmitiu para Hanói mensagens de senadores e manifestantes”<sup>87</sup>. Também foi importante à medida que influenciou a opinião pública, tanto nos Estados Unidos, quanto em Hanói.

A guerra do Vietnã foi traumática para a população norte-americana. Apesar de toda a liberdade que os jornalistas tiveram durante o conflito e de toda a proteção que receberam dos militares, vários correspondentes morreram ou desapareceram. Entre os dois mil jornalistas que passaram pelo Vietnã durante o conflito, “quarenta e cinco correspondentes de guerra foram mortos no Vietnã e dezoito dados como desaparecidos”<sup>88</sup>. Em 1969, a guerra do Vietnã já custara aos Estados Unidos mais de 300 mil mortos ou feridos.

*“A lição da Guerra do Vietnã para a mídia é que ela se tornou uma guerra impopular e, na seqüência, o público americano ficou com muita raiva do Vietnã, até mesmo dos soldados que voltavam da guerra, ainda que a vasta maioria desses soldados fossem jovens rapazes que fizeram o melhor pela sua nação. Quando voltaram para casa, o público virou as costas para eles. O público sentiu também que o governo havia falhado e estava zangado até mesmo com a mídia”<sup>89</sup>.*

O fim desse conflito, com a derrota dos Estados Unidos, transformou completamente a relação que seria desenvolvida dali em diante entre os militares e os

---

<sup>87</sup> MATTOS, Sérgio. Op. cit. Acesso em: 04 nov. 2005.

<sup>88</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 512.

<sup>89</sup> PENA, Felipe. Op. cit. p. 197.

jornalistas. Nunca mais em sua história o jornalismo encararia tamanha liberdade de cobertura de guerra, com passe livre para ir a qualquer ambiente do conflito. A maior consequência deste conflito para os correspondentes foi o surgimento do jornalista *embedded*<sup>90</sup>, que deveria se submeter às regras das forças armadas, entre elas, apresentarem suas matérias à apreciação dos militares antes de serem enviadas para a publicação. “O legado da cobertura dessa guerra pelos meios de comunicação é a acusação de que a mídia foi a causa da derrota, devido às suas reportagens negativas”<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> Jornalista “acamado”, assim chamado porque se sujeitou à cerca de cinquenta normas das Forças Armadas norte-americanas para realizar a cobertura da Segunda Guerra do Golfo.

<sup>91</sup> VENABLE, Barry E. Op. cit. p. 69.

## CAPÍTULO VIII

### A GUERRA DO GOLFO

*“Já organizei os preparativos para os jornalistas irem para o campo... e sugeri que eles usassem um uniforme branco para indicar a pureza do seu caráter.”*

*General Irvin McDowell*

#### 1991 – A guerra asséptica

Após o conflito do Vietnã a relação entre os militares e os correspondentes de guerra nunca mais foi a mesma. A culpa atribuída à televisão da derrota da guerra do Vietnã ocasionou uma síndrome.

*“(...) como a guerra do Vietnã foi a guerra mais televisionada do mundo, transmitindo cenas sem qualquer censura, tanto os civis como muitos militares passaram a pensar, como uma verdade absoluta, que qualquer outra guerra que viesse a ser televisionada também seria perdida”<sup>92</sup>.*

Isso foi o suficiente, segundo Mattos, para que na primeira guerra do Golfo a imprensa fosse submetida a uma censura radical, dos dois lados do conflito, e manipulada para que exercesse a função de relações públicas. Anos-luz à frente, no quesito de tecnologia, do conflito do Vietnã, entretanto, a operação *Tempestade no Deserto* foi chamada de videoguerra, com operações cirúrgicas e sem mortos. A guerra limpa com a qual todos os governos beligerantes sempre sonharam. “A videoguerra desumanizou a guerra, pois todos os alvos eram transformados em meros pontos luminosos de computadores”<sup>93</sup>. Pela primeira vez, um conflito era transmitido em tempo real, para o mundo inteiro e durante 24 horas por dia.

No primeiro conflito do Golfo, os jornalistas só podiam realizar a cobertura por meio de um sistema de *pool*, no qual era permitido a alguns jornalistas irem ao *front*, mas estes deveriam passar todas as informações apuradas para seus colegas. Isso

---

<sup>92</sup> MATTOS, Sérgio. Op cit. Acesso em: 04 nov. 2005.

<sup>93</sup> Idem, ibidem. Acesso em: 04 nov. 2005.

padronizava todas as matérias e impedia furos. Esse sistema contribuiu para a instauração da censura completa.

*“Em nome do sigilo militar, a mídia foi impedida de veicular notícias sobre a localização da queda de mísseis, evitando correções balísticas por parte de Saddam. Para evitar a repetição do Vietnã, os Estados Unidos estabeleceram a censura prévia para tudo que dissesse respeito ao Golfo. Bush chegou ao extremo de proibir até as imagens da chegada dos corpos dos soldados americanos nos Estados Unidos, a fim de impedir a comoção nacional”<sup>94</sup>.*

Nem mesmo a grande capacidade tecnológica adquirida entre os anos 80 e 90 promoveu uma liberdade maior para os jornalistas. Enquanto a guerra do Vietnã foi marcada pela presença da televisão, a do Golfo evoluiu para as transmissões ao vivo das batalhas. Isso transformou a guerra num grande evento midiático que era exibido na sala de milhares de pessoas. Segundo Franciscato, a orientação governamental e editorial convergiram para “evitar imagens de crueldade, inclusive as que sofriam os soldados americanos”<sup>95</sup>.

A guerra contra Saddam Hussein foi legitimada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Desde a Segunda Guerra Mundial nenhum país ousara tomar uma atitude tão agressiva, como invadir outro país, e isso foi argumento o suficiente para garantir que a coalizão americana recebesse apoio mundial. Ainda aqui, o pensamento que imperava entre os militares era de que os correspondentes deveriam tomar, deliberadamente, o partido do seu país e contribuir para manter o moral de sua nação elevado. Ao tratar sobre o assunto, Peter Arnett expõe o porquê decidiu permanecer no Golfo como correspondente de guerra.

*“Na época da Guerra do Golfo se presumia que se seu país entrasse em guerra com uma nação, você deveria tomar o lado de seu país. Assim, os jornalistas na segunda guerra mundial não cobriram Hitler. Portanto, houve um grande alvoroço quando a CNN decidiu ficar em Bagdá. E houve grandes pressões internacionais no sentido de fazer a CNN sair de Bagdá. O presidente George Bush ligou para Ted Turner várias vezes para tentar nos convencer a sair, disseram que era **impatriótico** e **perigoso**, e por isso devíamos deixar Bagdá” (grifo meu)<sup>96</sup>.*

Esse pensamento de que o correspondente de guerra deveria, antes de tudo, ser patriótico foi o que norteou não somente esse conflito, mas todos os anteriores a ele. A imprensa mais uma vez, no seu trabalho de cobertura da guerra, foi silenciada.

<sup>94</sup> Idem, ibidem. Acesso em: 04 nov. 2005.

<sup>95</sup> FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Op. cit. Acesso em: 08 jun. 2005

<sup>96</sup> PENA, Felipe. Op. cit. p. 199.

“Virtualmente nenhuma fotografia da guerra foi publicada. Havia a sugestão de que algo acontecia. Sem testemunhas”<sup>97</sup>. Qualquer jornalista que ousasse romper o sistema de pool era considerado antipatriota e recebia ameaças.

Mas, em geral, os repórteres que fizeram a cobertura da primeira guerra do Golfo seguiram os regulamentos e as normas instauradas. As matérias eram revisadas antes de serem enviadas e a decisão de publicação era relevada às organizações responsáveis pela mídia, que seguiam um acordo “voluntário” estabelecido previamente, assim como no começo da guerra da Coreia. “Depois da guerra, os líderes dos meios de comunicação, mais uma vez criticaram o comportamento e a lentidão dos militares em tratar com a mídia. Esses meios outra vez consideraram que sua cobertura da guerra do Golfo não foi tão boa como poderia ter sido”<sup>98</sup>

## 2001 – Da assepsia ao acamamento

A segunda guerra do Golfo foi marcada por uma censura muito mais firme que a aplicada anteriormente. Nesse conflito, os repórteres foram submetidos a normas muito mais rígidas e, pela primeira vez, foram denominados de “jornalistas acamados” (*embedded*), ou seja, impossibilitados de realizar o seu trabalho de forma livre e satisfatória.

*“O jornalista embedded é aquele que aceitou se submeter a uma séria de cinquenta normas estabelecidas pelo Exército dos Estados Unidos, como condição para acompanhar as tropas. As normas previam, entre outras coisas, que ele não poderia reportar nada que não fosse aprovado pelos chefes do seu regimento, o mesmo valendo para as transmissões de imagens. Tampouco poderia se deslocar para áreas consideradas perigosas. Em resumo, não teria a menor independência, nem sequer para observar os fatos”<sup>99</sup>.*

A impossibilidade de controlar os meios de comunicação infligiu uma censura ainda maior no campo de batalha. Foi naquele ambiente que os jornalistas foram impedidos de realizar o seu trabalho. As forças militares controlavam constantemente o que era feito e o que saía dali.

---

<sup>97</sup> CATALÃO, TT. **Censura velha de guerra**. Brasília. Disponível em: <[http://www.unb.br/fac/sos/artigos/censura\\_velha\\_de\\_guerra.htm](http://www.unb.br/fac/sos/artigos/censura_velha_de_guerra.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2005.

<sup>98</sup> VENABLE, Barry E. Op. cit. p. 71.

<sup>99</sup> ARBEX, José Jr. Op. cit. p. 09.

Aqui, também houve a punição para aqueles que ousassem desobedecer às regras instauradas pelas forças militares e, ao contrário do que se possa pensar, essa punição poderia vir, inclusive, dos próprios meios de comunicação. “O primeiro golpe veio de dentro do *establishment*, com a demissão do veterano repórter Peter Arnett da rede americana NBC. Ele foi demitido por ter dito na televisão iraquiana que o plano de guerra americano estava fracassando”<sup>100</sup>. A demissão de Arnett é só um dos tipos de repressão pelas quais os jornalistas passaram e continuam passando para realizar uma cobertura dos conflitos.

Os jornalistas foram extremamente hostilizados durante esse conflito, principalmente os independentes, que não aceitaram as normas impostas pelo Exército dos Estados Unidos. “O novo fato é o ataque militar contra jornalistas próprios dos Estados Unidos e de países ‘aliados’, como aconteceu no dia 10 de abril”<sup>101</sup>.

Durante a segunda guerra do Golfo, 56 jornalistas e assistentes foram assassinados e 29 foram seqüestrados. Desde a guerra do Vietnã não houve um embate tão mortífero para os jornalistas como esse. “In 25 cases (45%), Reportes Without Borders is sure they were deliberately killed, a much higher than in earlier wars, when journalists were usually the victims of indiscriminate attacks and stray bullets”<sup>102</sup>. Em contrapartida, somente quatro desses casos envolviam jornalistas *embedded*.

Esses ataques promovidos contra os jornalistas proporcionaram o surgimento de um novo tipo de serviço prestado nas guerras: segurança de jornalistas. A rede americana CNN foi a primeira a inaugurar a profissão, ao contratar o serviço privado e foi extremamente criticada pela organização Repórteres Sem Fronteiras<sup>103</sup>. O mais importante a ressaltar sobre este assunto é o fato do jornalista deixar de ser um civil e passar a ser um agente da guerra.

*“(...) em vez de lutar para que as autoridades se responsabilizassem pela segurança coletiva dos correspondentes, a CNN preferiu adotar a política do salve-se quem puder, confiando suas em suas boas relações com os generais estadunidenses e com seu poder econômico”<sup>104</sup>.*

<sup>100</sup> MAIA, Juarez Ferraz de. **Os negócios da guerra**. Artigo. O Popular, Goiânia, 13 de abr. 2003.

<sup>101</sup> ARBEX, José Jr. Op. cit. p. 14.

<sup>102</sup> REPORTES SANS FRONTIER. **The war in Iraq: the most deadly one for the media since Vietnam**. Paris, 2005. p. 05.

<sup>103</sup> <http://www.rsf.org>

<sup>104</sup> ARBEX, José Jr. Op. cit. p. 15.

Um precedente desta atitude pode ser encontrada em outras guerras. De acordo com o documentário “Filmando a Guerra”, de Richard Schickel, durante a Segunda Guerra Mundial cinegrafistas e fotógrafos solicitaram ao tenente-general Holland Smith autorização para portarem armas. Como resposta receberam: “Não me importo se há filme nas câmeras. Quero as câmeras no campo de batalha o tempo todo. As câmeras, mesmo sem filmes, são como os olhos do mundo. E não há covardes em frente a uma câmera”.

Notadamente, para Smith, as câmeras eram mais importantes que as armas que os jornalistas desejavam portar. O uso de armas por correspondentes de guerra causa um problema ainda maior. O ponto é que eles deixam de ser agentes que não representam perigo para nenhum dos dois lados e passam ser considerados uma espécie de soldado que, além de portar uma arma, não possui um lado claro na guerra.

*“Certains journalistes s’inquiètent de ce comportement qui inaugure une nouvelle pratique contraire à toutes les règles professionnelles: «Une telle attitude crée un précédent dangereux qui risque de mettre en péril tous les autres reporters qui couvrent ce conflit ainsi que d’autres à l’avenir. Il existe un véritable risque que les belligérants s’imaginent désormais que tous les véhicules blindés et porter des gilets pare-balles, mais le recours à des sociétés de sécurité privées, qui n’hésitent pas à faire usage de leurs armes, ne fait qu’augmenter la confusion entre les reporters et les combattants» a déclaré Robert Ménard, secrétaire général de Reportes sans frontières”<sup>105</sup>.*

Do lado iraquiano do conflito, foi armada uma rede de cobertura midiática, seguindo o exemplo do que os americanos haviam feito durante o primeiro conflito, em 1991.

*“A primeira lição dos dirigentes do Iraque foi criar, à semelhança dos americanos, uma rede de cobertura mediática e alternativa, para oferecer ao país a versão oficial do conflito e deste ao mundo, uma visão de unidade e coesão em torno do seu líder. A estratégia de marketing utilizada pelos iraquianos nos dias de guerra, surpreenderam as forças aliadas. A cobertura de guerra pelas televisão iraquiana mostrou que eles aprenderam bem com seus antigos aliados e depois desafetos americanos”<sup>106</sup>.*

Para evitar que os iraquianos transmitissem sua propaganda de guerra, umas das principais atitudes das tropas norte-americanas foi destruir as redes de televisão do Iraque, assim como havia sido feito em 2001, durante a guerra do Afeganistão e, em 1999, durante o ataque à Sérvia, mesmo que tal atitude fosse considerada uma quebra das regras estabelecidas pelo Direito Humanitário Internacional.

---

<sup>105</sup> BALGUY-GALLOIS, Alexandre. Protection des journalistes et des médias en période de conflit armé. *Revista da Cruz Vermelha*, v. 86, n. 853, p. 37-66, mar. 2004. p. 43.

*“Les médias, même utilisés à des fins de propagande, jouissent d’une immunité contre les attaques, sauf s’ils sont détournés à des fins militaires ou pour inciter à commettre graves du droit international humanitaire, des actes de génocide ou des actes de violence”<sup>107</sup>.*

A segunda guerra do Golfo foi o último grande conflito coberto pela imprensa mundial. Cerca de 400 jornalistas, somente dos Estados Unidos, foram para o Iraque cobrir uma guerra que, como tantas outras, foi marcada pelo cerceamento dos meios de comunicação, pela censura de notícias e pela relação incestuosa entre a mídia e os militares. A diferença das guerras do Golfo para as demais é que elas inauguraram a capacidade de transmissão ao vivo de uma guerra asséptica, onde os mortos não possuíam nome. Aqui, não mais existiu o *front*, o embate corpo a corpo entre soldados, o campo de batalha. Só houve alvos a serem destruídos e ataques aéreos a serem efetuados.

---

<sup>106</sup> MAIA, Juarez Ferraz de. Op. cit.

<sup>107</sup> BALGUY-GALLOIS, Alexandre. Op. cit. p. 65.

## CAPÍTULO IX

### O JORNALISMO HUMANITÁRIO

#### Traços de Guerras

*“No séc. XXI, os combates podem atingir qualquer espaço, em qualquer momento, situação que vem degradando o princípio de discriminação. O aumento da distância física do combatente em relação ao combate e aos sofrimentos causados a terceiros, pode vir a provocar a erosão do princípio humanitário.”*

*Manuel António Almeida*

#### Para proteger e controlar

Em 1864, na cidade de Genebra, foi realizada uma convenção com o objetivo de traçar certas normas para as guerras. É, porém, uma falsa visão, como nos fala John Keegan, acreditar que antes disso não houvera a tentativa de impor limites às ações dos conflitos<sup>108</sup>. Desde que há guerras, há uma tentativa da humanidade de impor restrições legais e morais ao seu uso e aos seus costumes. A Convenção de 1864 foi a primeira de uma série realizadas ao longo da segunda metade do século XIX e todo o século XX. O resultado desses encontros é o que conhecemos hoje por Direito Internacional Humanitário, que tem como principal objetivo orientar e proteger as vítimas dos conflitos armados.

As bases do DIH, entretanto, se encontram no Direito de Guerra, uma ferramenta que, de acordo com Gonçalves, visava:

*“(...) atenuar ao máximo possível os males da guerra, que agora estendia seus tentáculos a toda a sociedade, e uma vez que não se cogitava a limitação do recurso do conflito armado, a partir do século XIX busca-se regulamentar a condução das hostilidades”<sup>109</sup>.*

---

<sup>108</sup> KEEGAN, John. Op. cit. p. 79.

<sup>109</sup> GONÇALVES, Joanisval Brito. Op. cit. p. 25.

Além de se basear no Direito de Guerra, o Direito Internacional Humanitário tem como princípios “(...) a proibição do uso de força, o respeito pelos Direitos Humanos e pelo Direito Humanitário, e o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados”<sup>110</sup>. A proteção devotada ao aspecto humano é resultado dos esforços das Nações Unidas, nas últimas décadas, com sua crença de que o fator pessoa deva ser protegido em todas as circunstâncias.

Cabe aqui fazer a distinção superficial entre o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos. Enquanto o primeiro é um “direito de exceção, de urgência, que intervém em caso de ruptura da ordem jurídica internacional”<sup>111</sup>, o segundo “tem como objetivo garantir, em todo momento, aos indivíduos, desfrutar dos direitos e das liberdades fundamentais e protegê-los das calamidades sociais (Jean Pictet)”<sup>112</sup>.

Assim, o Direito Internacional Humanitário é um direito de guerra, promovido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, enquanto os Direitos Humanos – criado em 1948 – é um direito de paz, promovido pela Organização das Nações Unidas. Fica claro, entretanto, que ambos se complementam e nasceram do interesse comum de respeitar a dignidade humana, seja em tempos de “paz” ou de guerra.

O Direito Internacional Humanitário foi idealizado como uma ferramenta limitativa e é aceito por mais de 180 países. Trata-se, antes de tudo, de uma reação aos crimes de guerra. As normas que o integram foram criadas após grandes conflitos da história mundial, o que demonstra o seu caráter remediativo, numa tentativa de prevenir a propagação dos horrores das guerras. Então temos que as principais convenções estão intimamente associadas a grandes conflitos: guerra da Criméia (Convenção de Genebra de 1864); Conflito Russo-Japonês de 1904 – 1905 (Convenção de Genebra de 1906 e Convenção de Haia de 1907); Primeira Guerra Mundial de 1914 – 1918 (Protocolo sobre proibição de uso de gases de 1925 e Convenção de Genebra de 1929); Segunda Guerra Mundial de 1939 – 1945 (Convenções de Genebra de 1949 e Convenção sobre Bens Culturais de 1954); Conflitos da Coreia, do Vietnã e Conflitos de Libertação Nacional (Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 1977, Convenção sobre a Proibição

---

<sup>110</sup> ALMEIDA, Manuel António Lourenço de Campos. *Direito Humanitário e Conflitos Modernos*. **Revista Militar**, Portugal, 2003. p. 19.

<sup>111</sup> GONÇALVES, Joanisval Brito. *Op. cit.* p. 228.

<sup>112</sup> *Idem*, *ibidem*. p. 228.

do Uso Militar de Técnicas de Modificação Ambiental de 1976 e Convenções sobre Armas Convencionais de 1980);

## **O jornalismo no Direito Humanitário Internacional**

Além de ser uma forma de proteção para os civis, o Direito Internacional Humanitário também estabelece medidas de proteção para os jornalistas e os meios de comunicação durante os conflitos armados. O motivo é que, tanto um quanto o outro recebem as designações, respectivamente, de civil e bem civil e, portanto, devem ser tratados como tais. Entretanto, não há a efetiva aplicação desse direito e o que encontramos é um crescente risco para os correspondentes de guerra.

*“La tendance générale est à la dégradation des conditions d’exercice du métier de journaliste en période de conflit armé: «... couvrir une guerre devient de plus en plus dangereux pour les journalistes. Le risque imprévisible des attentas qui s’ajoute aux traditionnels de la guerre, des armements toujours plus perfectionnés face auxquels même la formation et la protection des journalistes sont inefficaces, des belligérants qui se soucient plus remporter la «bataille des images» que de respecter la sécurité du personnel médiatique: autant de facteurs qui augmentent les risques du reportage de guerre...»<sup>113</sup>.*

Por outro lado, esse mesmo direito humanitário distingue dois tipos de jornalistas de guerra. O primeiro é o já citado *embedded*, que segue um exército, com autorização e proteção de um dos lados beligerantes, usa um uniforme e ganha uma patente. O segundo é o jornalista independente que não se submete às regras ou proteções de qualquer um dos lados beligerantes. Ambos são enquadrados como pessoas que seguem as forças armadas sem, entretanto, fazer parte delas.

Dentro da condição de pessoas civis, quando capturados em um conflito armado eles gozam dos mesmos direitos da população civil. Há, porém, uma ressalva a essa proteção. Durante o período de uma hostilidade direta, o correspondente perde o seu direito de civil e só passa a recobrá-lo quando sua participação no evento terminar. Nesse caso, durante um embate direto entre duas tropas inimigas, o jornalista que cobre o conflito perde sua proteção legal. “Les autorités qui capturent un journaliste pendant qu’il

---

<sup>113</sup> BALGUY-GALLOIS, Alexandre. Op. cit. p. 37.

commet des actes d'hostilités ou ultérieurement peuvent prendre à son égard des mesures de répression ou de sécurité...»<sup>114</sup>.

Assim, observa-se claramente que desde a Conferência de Genebra de 1974-1977 os correspondentes de guerra possuem uma posição privilegiada dentro dos conflitos armados. O artigo 79 do Protocolo I trata especificamente disso:

*Article 79 – Mesures de protection des journalistes*

1. *Les journalistes qui accomplissent des missions professionnelles périlleuses dans des zones de conflit armé seront considérés comme des personnes civiles au sens de l'article 50, paragraphe 1.*
2. *Ils seront protégés en tant que tels conformément aux Conventions et au présent Protocole, à condition de n'entreprendre aucune action qui porte atteinte à leur statut de personnes civiles et sans préjudice du droit des correspondants de guerre accrédités auprès des forces armées de bénéficier du statut prévu par l'article 4A.4 de la III<sup>e</sup> Convention.*
3. *Ils pourront obtenir une carte d'identité conforme au modèle joint à l'Annexe II au présent Protocole. Cette carte, qui sera délivrée par le gouvernement de l'État dont ils sont les ressortissants, ou sur le territoire duquel ils résident ou dans lequel se trouve l'agence ou l'organe de presse qui les emploie, attestera de la qualité de journaliste de son détenteur*<sup>115</sup>.

Tal medida, entretanto, não é garantia de sobrevivência e, até mesmo ela, estabelece, de antemão, uma certa censura. A guerra do Iraque é um exemplo de que vários jornalistas morrem ou são seqüestrados durante a cobertura dos conflitos armados e, muitos deles são inclusive os alvos. As normas estabelecidas pelo Direito Humanitário Internacional ainda não são garantias para os jornalistas que trabalham nas guerras. Seu poder só se mostra no que concerne a limitar as atitudes dos correspondentes e submetê-los a normas. Por outro lado, das censuras que já foram impostas aos jornalistas de guerra, esta é a mais branda e bem-vinda, pois prima pela integridade física dos profissionais.

## **Por um jornalismo humanitário**

A existência de sistemas de controle, normatização e limitação das guerras não implicam necessariamente que os crimes contra o DIH e os DH não ocorram nos territórios que enfrentam um conflito armado. É nesse contexto que se insere o conceito desenvolvido nesse trabalho de jornalismo humanitário. O papel dele é cobrir as conseqüências das guerras que implodem ao redor do mundo para a população local, que

---

<sup>114</sup> Idem, ibidem, p. 44.

<sup>115</sup> Idem, ibidem, p. 40.

se encontra no fogo cruzado e, assim, promover um pensamento social sobre os efeitos da guerra nos indivíduos.

Trata-se de uma das vertentes da cobertura de guerra que é pouco desenvolvida, como observado nos capítulos anteriores. Em primeiro lugar, por causa da censura militar de guerra e, em segundo, por causa do ponto de vista da maioria dos correspondentes de que tachar um evento como um crime de guerra seria, conseqüentemente, emitir uma opinião própria e individual.

Nesse sentido, tal área do jornalismo se encontra relegada a um segundo plano não só pelos governos beligerantes – que não querem ver seus crimes contra os DH disseminados para o mundo inteiro – como pelos próprios jornalistas – que se submetem à regras e normas estabelecidas pelos países em guerra. “Eles não consideravam tarefa sua especular sobre o aspecto moral da guerra”<sup>116</sup>.

A importância do jornalismo humanitário pode ser observada por meio dos resultados da guerra do Vietnã. Ao tomarem conhecimento das atrocidades e barbaridades contra os direitos fundamentais humanos cometidos durante a guerra do Vietnã, a população mundial e, em especial a norte-americana, pôde tomar um posicionamento, até certo ponto, consciente em relação ao conflito e a ele se opor.

O principal responsável pela derrota estadunidense foi o público interno que colocou as atitudes do governo em descrédito. A cobertura, especialmente a televisiva, foi a principal responsável pela disseminação desse conhecimento. Sem ela, a guerra do Vietnã teria sido mais uma entre tantas outras que perpetuam a imagem do jornalista *embedded*. Este, por sua vez, nada acrescenta ao jornalismo, uma vez que é antiético e se deixam normatizar por um dos lados do conflito.

*“Apesar das suas limitações, o DIH procurou sempre prevenir e enquadrar o uso da violência, humanizar os conflitos, controlar o enorme poder destrutivo atribuído aos combatentes, limitar os meios de destruição, reprimir as condutas contrárias às normas e aos valores, construir uma barreira contra a soberania dos Estados na sua expressão mais violenta e anárquica. Enquanto a humanidade não conseguir encontrar uma alternativa para os conflitos armados, o DIH continuará a ser um instrumento imprescindível para a protecção dos mais elementares direitos” (grifo meu)<sup>117</sup>.*

Não há, entretanto, qualquer literatura que remeta à existência de um jornalismo humanitário de guerra. Uma visão aproximada dessa vertente pode ser

---

<sup>116</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 501.

<sup>117</sup> ALMEIDA, Manuel António Lourenço de Campos. Op. cit. p. 28.

encontrada na área do jornalismo que trabalha com a cidadania, voltado para as mazelas sociais e que possui o objetivo de expor as condições dos extratos sociais mais desprivilegiados para que se promove um questionamento sobre a realidade.

O jornalismo humanitário não é uma forma de criticar as atitudes ou decisões tomadas pelos governos beligerantes. É, antes de tudo, uma maneira de afirmar a existência de um direito humanitário que regulamenta e normatiza os conflitos armados no sentido de impedir que atrocidades como os campos de concentração da Segunda Guerra Mundial e a guerra química do Vietnã se repitam.

Entretanto, a condição primordial para que o jornalismo humanitário se desenvolva plenamente é que ele esteja inserido dentro do contexto de uma guerra sem censura, onde o correspondente possa desenvolver livremente o seu sentido crítico sobre o que é ou não uma notícia. O que vimos, nesse longo percurso, é que tal fato nunca ocorreu na história das coberturas de guerra. No entanto, a história que o desautorizou, pode ser a mesma que pode construí-lo.

## CONCLUSÃO

Fica claro que a busca pela verdade, pelos fatos, nunca existiu durante a cobertura de nenhum conflito. Mesmo quando havia o compromisso dos repórteres de retratar a realidade nua e crua dos acontecimentos de guerra, estes sempre esbarraram nas amarras da censura militar, uma forma nada sutil de assegurar que notícias “indevidas” não sejam publicadas.

A análise das guerras, desde a Criméia, primeiro conflito a ter um correspondente de guerra nos moldes como conhecemos atualmente, até a segunda guerra do Golfo, revela quão fantasiosa é a imagem de que uma guerra pode ser compreendida ou debatida, enquanto ainda está nos campos de batalha. A verdade sobre o que acontece naquele ambiente só é revelada quando as agressividades chegam ao fim. Isso, quando são reveladas. Podemos concluir que a censura é a principal e mais efetiva arma encontrada pelos governos beligerantes para evitar questionamentos à conduta dada aos embates.

A discrepância entre o jornalismo e o jornalismo de guerra é tão grande, que o profissional deixa de ser um disseminador de uma verdade dos fatos e passa ao papel de uma eficiente arma de propaganda governamental. Isto vem acontecendo desde a Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de aumentar o moral da tropa e garantir o apoio civil incondicional. Os próprios censores militares afirmavam que a população não deveria saber de nada até a guerra acabar, quando, então, seria dito quem ganhou. Enquanto eles não souberem da guerra e do que acontece lá não haverá motivos para se preocupar com a opinião deles.

Tal concepção torna, portanto, desnecessário a existência de jornalistas nos conflitos armados. Muito mais fácil seria deixar toda a estratégia de comunicação nas mãos dos militares. Entretanto, mesmo diante dessa situação, o que percebemos é que os jornalistas fazem questão de estar presentes nos conflitos, mesmo que seja para exercerem um papel propagandístico. O que existe, de fato, é uma idealização da guerra.

O correspondente Tim Page ao ser convidado a escrever um livro que acabaria com o *glamour* da guerra disse: “Meu Deus! tirar o *glamour* da guerra. Como poderíamos fazer isto? Não se pode tirar o *glamour* de um tanque em chamas ou de um helicóptero

explodindo. É como tentar tirar o *glamour* do sexo. A guerra *faz bem* à pessoa”<sup>118</sup>. E essa é a concepção dos diversos jornalistas que fazem as coberturas de guerra.

Outra conclusão que pode ser tirada desse trabalho é o fato dos correspondentes de guerra se confundirem com a causa, especialmente quando seus países de origem estão envolvidos. A compaixão era o sentimento mais perigoso para um jornalista naquela situação, pois fazia com que ele se identificasse com o conflito e buscasse formas de justificá-lo. Além disso, tornava mais fácil a utilização da autocensura, que algumas vezes foi mais eficiente que a censura militar.

*“A cobertura de guerras conduz a uma intensificação das potencialidades e dilemas da atividade jornalística no tratamento de textos e imagens, pois o tema revela uma situação paradoxal: o desenvolvimento e uso de uma capacidade tecnológica das sociedades voltada para a produção da morte. Assim, dilemas contemporâneos do jornalismo, principalmente o jornalismo em televisão, oriundos de uma supervalorização do espetáculo de textos, sons e imagens, tornam-se eticamente mais problemáticos se considerados que o objeto deste espetáculo são seres humanos que se vêem como inimigos e buscam mutuamente se aniquilar”*<sup>119</sup>.

Não houve, efetivamente, nenhum conflito onde não tivessem sido imputadas severas regras sobre a disseminação de notícias do *front*. Mesmo a do Vietnã, que muitos querem crer que possuiu uma liberdade incondicional de imprensa, foi marcada pela censura aplicada diretamente dentro das redações e não nos campos, como nos outros conflitos. Entretanto, houve muitas oportunidades para a realização de um jornalismo livre que não foram aproveitadas. Mesmo quando não houve a censura militar era possível notar a presença de uma censura velada – caso da guerra da Coreia, no seu início –, com a qual os repórteres não conseguiram lidar.

A evolução das tecnologias de guerra, ao invés de facilitar o trabalho dos correspondentes, torna-o mais inexato e impreciso. Se antigamente existiam vítimas, agora, o que se vê são pontos verdes e brilhantes no televisor, tornando a guerra mais impessoal e fria.

*“À medida que o tamanho da janela pela qual podemos ver o mundo lá fora se reduz ao da telinha de um televisor, a guerra vai deixando de ser o objeto dos grandes relatos épicos e se transformando numa espécie de videogame, no qual a emoção – e mesmo a comiseração pelo destino das vítimas – se anula, mercê dos efeitos pirotécnicos dos rastros de luz sobre o écran escuro”*<sup>120</sup>.

<sup>118</sup> KNIGHTLEY, Phillip. Op. cit. p. 531.

<sup>119</sup> FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Op. cit. Acesso em: 8 jun. 2005.

<sup>120</sup> SANT’ANNA, Lourival. **Viagem ao Mundo dos Taleban**. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 11.

O que encaramos durante qualquer guerra é um novo tipo de jornalismo. Manipulador, opressivo e mentiroso, ele não se preocupa com o questionamento sobre a necessidade e a importância de um conflito e sim com o número de armas e soldados abatidos. O jornalismo, encarado sempre como corajoso, encontra, na correspondência de guerra, um irmão siamês fraco que teima em sugar a essência dele, sem consegui-lo.

Dentro de um contexto tão proliferado de notícias que envolvem a vida de milhares de pessoas, os correspondentes de guerra deveriam batalhar mais para garantir que a verdade, na medida do possível, chegasse à opinião pública. Afinal, para o jornalismo, a pior derrota em uma guerra não é a do exército de seu país, e sim a da liberdade de imprensa. Fica claro, durante esse trabalho, que o caminho percorrido pela correspondência de guerra avista, não muito longe, a possibilidade da comunicação durante os conflitos armados se tornar uma atividade oficial, o que podará, definitivamente, qualquer possibilidade da sociedade pensar a guerra ou de viver sem ela.

## REFERÊNCIAS

### LIVROS:

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Editora Abril, 1998.

ARBEX, José Jr. **O Jornalismo Canalha**. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FERNANDES, José. **Técnicas de Estudo e Pesquisa**. Goiânia: Kelps, 1999.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Tribunal de Nuremberg 1945 – 1946**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KNIGHTLEY, Phillip. **A Primeira Vítima: o correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Criméia ao Vietnã**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1978.

MARTINS FILHO, Eduardo. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo: história das idéias e das estratégias**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MENDONÇA, L. M. N.; ROCHA, C. R. R.; GOMES, S. H. A. **Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos na UFG**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2005.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

RIBEIRO, José Hamilton. **O Gosto da Guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SANT'ANNA, Lourival. **Viagem ao Mundo dos Taleban**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

### TESES, DISSERTAÇÕES E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO:

PEREIRA, Marcelle Santana Gonçalves. **Os Últimos Românticos: sobre correspondentes da imprensa brasileira no exterior**. Monografia de conclusão de curso. 2001

#### **PUBLICAÇÕES EM EVENTOS:**

SWINARSKI, Christophe. **O Direito Internacional Humanitário como sistema de proteção internacional da pessoa humana**. São Paulo, 2001. I Colóquio Internacional de Direitos Humanos.

#### **RELATÓRIOS OFICIAIS:**

REPORTES SANS FRONTIER. **The war in Iraq: the most deadly one for the media since Vietnam**. Paris, 2005. 12 p.

#### **ARTIGOS DE REVISTAS OU JORNAIS:**

ALMEIDA, Manuel António Lourenço de Campos. Direito Humanitário e Conflitos Modernos. **Revista Militar**, Portugal, 2003, p. 19-28.

BALGUY-GALLOIS, Alexandre. Protection des journalistes et des médias en période de conflit armé. **Revista da Cruz Vermelha**, v. 86, n. 853, p. 37-66, mar. 2004.

MAIA, Juarez Ferraz de. **Os negócios da guerra**. **O Popular**, Goiânia, 13 de abr. 2003. Artigo.

VENABLE, Barry E. O Exército e a Mídia. **Revista Militar**, Portugal, 2002, p. 68-73.

#### **INTERNET:**

##### **Artigos:**

CATALÃO, TT. **Censura velha de guerra**. Brasília. Disponível em:

<[http://www.unb.br/fac/sos/artigos/censura\\_velha\\_de\\_guerra.htm](http://www.unb.br/fac/sos/artigos/censura_velha_de_guerra.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2005.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Experiências Temporais do Jornalismo na Cobertura de Guerras. **Verso e Reverso Revista de Comunicação**, Sergipe, ano XVII, n. 37, 2003. Disponível em: <<http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=1&s=9&a=7>>. Acesso em: 8 jun. 2005.

KUHN, Adriana. **A História dos Correspondentes Brasileiros de Guerra e sua Relação com o Poder Estatal e Militar**. Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3/jornal/adrianakuhn.doc>>. Acesso em: 08 jun. 2005.

VENABLE, Barry E. **O Exército e a Mídia**. Estados Unidos, 2002. Disponível em: <<http://usacac.leavenworth.army.mil/CAC/milreview/download/portuguese/3rdQtr02/venable.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2005.

#### **Livros:**

MATTOS, Sérgio. **Censura de Guerra (da Criméia ao Golfo Pérsico)**. Salvador, 1991. Disponível em: <[http://www.sergiomattos.com.br/liv\\_crimea01.html](http://www.sergiomattos.com.br/liv_crimea01.html)>. Acesso em: 04 nov. 2005.

SANTOS, José Rodrigues. **Crônicas de Guerra: da Criméia a Dachau**. Lisboa, 2001. Disponível em: <<http://www.gradiva.pt/capitulo.asp?L=100174>>. Acesso em: 04 nov. 2005.

**ANEXOS**

**IMAGENS DA GUERRA**

**Anexo A****Guerra da Criméia (1854 – 1856)**

Roger Fenton (1855) – A guerra asséptica, sem mortos e com todos felizes



Roger Fenton (1855) – Área de Balaklava: a guerra como um piquenique

**Anexo B**

**Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865)**



Matthew Brady (s/d) – Soldado confederado morto atrás das trincheiras



Timothy O'Sullivan (1863) - "Harvest of Death"

**ANEXO C****Primeira Guerra Mundial (1914-1918)**

Primeira Guerra Mundial – O desenvolvimento da indústria química propiciou o uso de gás venenoso como arma de combate.



Primeira Guerra Mundial – Campo de batalha

## Anexo D

### Segunda Guerra Mundial (1939-1945)



George Rodgers (1945) - "Vítimas de um campo de concentração"



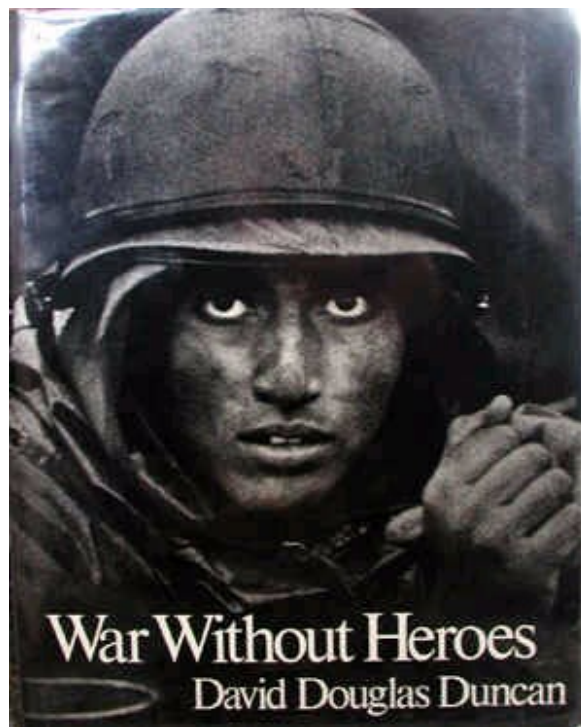
Joe Rosenthal (1945) – Soldados norte-americanos cravando a bandeira dos EUA em Iwo Jima, no Japão.

## Anexo E

### Guerra da Coréia (1950-1953)



David Douglas Duncan (1951) - "Marines americanos vítimas del invierno coreano"



David Douglas Duncan (1951) – Foto de grande repercussão mundial, de uma guerra que foi considerada, pelos correspondentes de guerra, perdida antes mesmo de começar.

**Anexo F****Guerra do Vietnã (1964-1975)**

Nick Ut (1972) – A foto de Phan Thi Kin Phuc, de 9 anos, tem grande impacto sobre a opinião pública mundial.



Eddie Adams (1968) – Chefe de polícia sul-vietnamita executa um suspeito de ser vietcongue por estar com uma arma sob a camisa, em Saigon.

## Anexo G

### Guerra do Golfo (1991 e 2001)



Peter Turnley (1991) – A guerra cirúrgica também fazia suas vítimas



Atef Hassan (2005) - Soldado britânico salta de tanque em chamas em Basra. Quatro anos depois, a segunda guerra do Golfo continua fazendo vítimas.